

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

RAYSSA DA SILVA LOPES DE BARRO

**A INDIVIDUALIZAÇÃO DO AUTOR DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL
PRATICADA NA INTERNET**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2017**

RAYSSA DA SILVA LOPES DE BARRO

**A INDIVIDUALIZAÇÃO DO AUTOR DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL
PRATICADA NA INTERNET**

Monografia apresentada ao curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor Esp. Jônathas Siviero.

**CACOAL - RO
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

B277i Barro, Rayssa da Silva Lopes de.

A individualização do autor de violação de direito autoral praticada na internet / Rayssa da Silva Lopes de Barro. -- Cacoal, RO, 2017.

71 f. : il.

Orientador(a): Prof. Esp. Jônathas Siviero

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Direitos autorais. 2.Internet. 3.Responsabilização civil .
4.Responsabilização penal. I. Siviero, Jônathas. II. Título.

CDU 347.78

Bibliotecário(a) Leonel Gandi dos Santos

CRB 11/753

A INDIVIDUALIZAÇÃO DO AUTOR DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL PRATICADA NA INTERNET

RAYSSA DA SILVA LOPES DE BARRO

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor Esp. Jônathas Siviero - UNIR - Presidente

Professora M.^a Ozana Rodrigues Boritza - UNIR

Professor Esp. Antônio Paulo dos Santos Filho - UNIR

Conceito: 99

Cacoal, 14 de dezembro de 2017.

Ao meu pai, por sempre ter se orgulhado de mim, sem fazer julgamentos. Tenho certeza de que o seu sorriso seria o maior de todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por apesar de todas as minhas fraquezas, nunca ter me abandonado.

Ao meu orientador professor Esp. Jônathas Siviero e a professora M.^a Sônia Mara Nita, por todo o auxílio que possibilitou a conclusão deste trabalho.

Às amigas que ganhei nesta trajetória, Juliane Hellmann Vatanabe e Michelle Pavani dos Santos Almo, por mostrarem que eu não estava sozinha na imensidão do caos e que ainda existem pessoas boas de verdade neste mundo.

À minha família e demais amigos, que torceram por mim e comemoraram comigo cada conquista até aqui.

A todos vocês, muito obrigada!

“Autoria ou pirataria? – eis a questão...
das novas tecnologias!”

L.H. Myers

RESUMO

O presente trabalho apresenta a verificação da aplicação da legislação autoral às violações praticadas por meio da internet, através da identificação e individualização do autor das violações. Traz à baila o fato de que pelo texto da Lei de Direitos Autorais vigente, a internet é apenas um meio de veiculação de obras autorais, sendo que nela os direitos do autor devem ser resguardados. Por outro lado, porém, há a ausência de legislação específica a fim de se regulamentar o procedimento de aplicação das sanções às violações de direitos autorais praticadas no ambiente virtual. Para sua realização foi utilizado o método dedutivo e o procedimento técnico aplicado foi de pesquisa exploratória em fontes bibliográficas.

Palavras-chave: Direitos autorais. Internet. Responsabilização civil e penal.

ABSTRACT

The present work presents the verification of the application of the copyright to the violations practiced through the internet, through the identification and individualization of the author of the violations. It brings to light the fact that by the text of the current Copyright Law, the internet is only a means of publishing copyrighted works, and in it the rights of the author must be protected. On the other hand, however, there is the absence of specific legislation in order to regulate the procedure for applying sanctions to copyright violations practiced in the virtual environment. For its accomplishment the deductive method was used and the technical procedure applied was of exploratory research in bibliographical sources.

Keywords: Copyright. Internet. Civil and criminal responsibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DIREITOS AUTORAIS	13
1.1 O QUE SÃO OS DIREITOS AUTORAIS	13
1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR	17
1.3 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AOS DIREITOS AUTORAIS	19
1.3.1 Princípios Constitucionais	19
1.3.2 Princípios Penais	20
1.4 LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS DIREITOS AUTORAIS	23
1.4.1 Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas e demais Tratados Internacionais	23
1.4.2 Constituição Federal de 1988	25
1.4.3 Código Civil	26
1.4.4 Código Penal	26
1.4.5 Lei 9.610/98	30
1.4.6 Lei 10.695/03	33
2 DIREITOS DO AUTOR E TECNOLOGIA	34
2.1 INFLUÊNCIAS DO AVANÇO DA TECNOLOGIA E INTERNET NO SISTEMA DE PROTEÇÃO AUTORAIS	35
2.2 MODALIDADES DE VIOLAÇÕES PRATICÁVEIS POR MEIO DA INTERNET ...	41
3 INDIVIDUALIZAÇÃO DO AUTOR DA VIOLAÇÃO AUTORAIS	47
3.1 ORGANISMOS DE GESTÃO COLETIVA NA DEFESA DOS DIREITOS AUTORAIS NA INTERNET	49
3.2 MECANISMOS DE IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DE VIOLAÇÃO AO DIREITO AUTORAIS PRATICADO NA INTERNET	52
3.3 ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES LEGAIS ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS AUTORAIS PRATICADOS NA INTERNET	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
OBRAS CONSULTADAS	66

ANEXO 1.....	69
ANEXO 2.....	70
ANEXO 3.....	71

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar se há uma aplicação efetiva da Lei de Direitos Autorais nos meios de comunicação atuais, verificando-se a possibilidade ou não de se individualizar o autor de violações de direitos autorais quando a prática delituosa ocorre em um ambiente digital, por meio da internet.

A proteção autoral é um direito tutelado pelo art. 5º da Constituição Federal de 1988, em seus incisos XXVII e XXVIII. Além da própria Constituição, a proteção autoral figura em vários outros códigos e leis do ordenamento jurídico brasileiro, a fim de que seja garantido ao autor o direito exclusivo de uso, gozo, publicação, reprodução e fiscalização do aproveitamento econômico de sua obra. Uma vez tendo seus direitos salvaguardados, os autores se sentem mais seguros e motivados a criar obras intelectuais que contribuem para a formação cultural da sociedade em geral.

No entanto, a humanidade está em constante mudança, e diante dos avanços tecnológicos, questiona-se se a legislação atual tem efetividade na internet, ou se é necessária uma atualização a fim de que se prevejam procedimentos específicos para tutelar os direitos autorais no meio digital.

Isso faz com que haja duas hipóteses possíveis, quais sejam, a possibilidade ou não de individualização do autor de violações de direitos autorais praticadas na internet.

No capítulo inicial, abordará o que se compreende por Direito Autoral e quais são os direitos do autor. Apresentará breve evolução histórica daquele em esfera global e no Brasil. Serão abordados ainda os princípios e legislações que se aplicam na proteção aos direitos autorais em todas as formas de disseminação da obra.

No segundo capítulo serão delimitados os efeitos dos avanços tecnológicos pra proteção aos direitos autorais, as influências causadas pelo surgimento da internet e as novas modalidades de violação de direitos autorais que se criaram com ela.

Por fim, o terceiro capítulo analisará quais são os órgãos que atuam na proteção dos direitos autorais e quais são os mecanismos utilizados, bem como a verificação de como o controle dos direitos autorais acontece na internet, examinando se a legislação autoral vigente garante plena proteção aos direitos do autor diante das novas tecnologias através da efetiva individualização e sanção dos autores das violações.

Nessa esteira, para chegar-se aos resultados pretendidos foi necessária uma análise teórica feita com base em diversos estudos que versam sobre o tema, bem como a verificação de como os Tribunais pátrios têm se posicionado na resolução de alguns casos práticos, e para tanto, o método científico de abordagem utilizado foi o dedutivo. No mais, o procedimento técnico aplicado foi de pesquisa bibliográfica a partir de material já publicado, constituído principalmente da legislação vigente, livros doutrinários, jurisprudências pátrias, e artigos científicos atinentes ao tema.

1 DIREITOS AUTORAIS

O Direito Autoral é um ramo do Direito que visa proteger os frutos da criação humana. É um segmento do Direito extremamente próximo da realidade de toda a sociedade, pois está presente em todas as atividades criativas e industriais. Entretanto, muitas vezes é tido como de extrema complexidade, por lidar com um objeto imaterial, que é a propriedade intelectual.

A propriedade intelectual é entendida como o direito que uma pessoa tem por sobre as próprias criações de sua mente, como invenções, ideias e expressões criativas (SHERWOOD, 1992, p. 21).

Explica Leite (2004, p. 21) que “O termo propriedade intelectual surgiu recentemente para descrever os direitos de propriedade sobre as mais variadas formas de produtos intangíveis criados pela mente humana [...]”.

Em uma primeira análise, pode-se ter a impressão de que por ser intangível, não há razão em tanta cautela para proteger as ideias ainda não concretizadas. Para explicar o porquê este pensamento é errôneo, o norte-americano Robert M. Sherwood traz o seguinte exemplo:

Se uma pessoa furta minha caneta ou minha bicicleta, surge uma sensação geral de violação em quase todas as culturas. Se uma pessoa rouba meu projeto para uma caneta ou bicicleta, o instinto de condenação já não é tão forte. No entanto, a utilidade comercial do intangível pode ser muito grande. A caneta é uma quantidade fixa de um; o projeto da caneta, embora um só, paira como uma possibilidade impalpável de fabricação de muitas canetas. (SHERWOOD, 1992, p. 23.)

Deste modo, a propriedade intelectual deve ser tutelada pelo Direito assim como qualquer outro tipo de propriedade, ou até com maior rigor, em razão do prejuízo imensurável que o furto de uma ideia pode acarretar. Para a efetivação desta tutela é que surgiram os chamados Direitos Autorais.

1.1 O QUE SÃO OS DIREITOS AUTORAIS

O Direito Autoral é um ramo do ordenamento jurídico brasileiro, dedicado a garantir aos autores de obras intelectuais o uso, fruto e gozo das criações de seu espírito, prescrevendo sanções para aqueles que produzirem cópias não autorizadas e mecanismos de proteção deste direito de propriedade intelectual.

Leite (2004, p. 52) define “autor” como sendo “aquele que seja o criador inicial da obra intelectual protegida, ou seja, aquela pessoa que possui capacidade natural para a própria criação e cuja obra seja produto do seu espírito.”.

A partir do momento em que uma obra intelectual, fruto da criatividade do autor, sai de seu imaginário e toma uma forma no mundo físico, ela se torna alvo de proteção dos direitos autorais, independente de sua espécie, se literária, artística, musical, científica, dramática, folclórica, cinematográfica, fotográfica, coreográfica, plástica, desenho, entre tantas outras.

Pimenta (2005, p. 11) conceitua direitos autorais como:

[...] conjunto de prerrogativas jurídicas atribuídas, com exclusividade aos autores e titulares de direitos sobre as obras intelectuais (literárias, científicas e artísticas) de opor-se contra todo atentado contra estas prerrogativas exclusivas, como também aos titulares de direitos que lhe são conexos (intérprete ou executante, produtores fotográficos e empresa de radiodifusão), aos quais, para efeitos legais, aplicar-se-ão as normas relativas aos direitos de autor.

Em regra, o titular dos direitos autorais será uma pessoa física, no entanto, em países como Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, quando uma obra é criada em razão de um contrato para este fim, poderá uma pessoa jurídica gozar dos direitos autorais (LEITE, 2004, p. 53).

Existem várias justificativas para a criação de um ramo específico do Direito para tutelar os direitos autorais. Leite (2004, p. 161-193) realizou um estudo, onde elencou algumas destas justificativas. Uma delas, a “justificativa do Direito Natural”, é proveniente da noção de propriedade *stricto sensu* de modo que, por óbvio, o criador da obra goza de todos os direitos de propriedade inerentes a ela. Já a intitulada “justificativa instrumental, contratual ou utilitária” tem base na ordem econômica dos direitos autorais, atribuindo um valor monetário a cada obra, incentivando a criação e consequentemente estimulando o desenvolvimento intelectual da sociedade. Por fim, na “justificativa do interesse público relevante” tem-se o entendimento de que a proteção autoral tem como plano de fundo o interesse público do Estado em preservar o direito de acesso à cultura e ao desenvolvimento.

Embora as cópias não autorizadas fossem alvo de censura há muito tempo, apenas com o surgimento da imprensa, e avanço dos meios de cópias, o *copyright* passou a ter maior regulamentação. Seu objetivo é de equilibrar o interesse do

público em ter acesso à obra, com os interesses econômicos do autor da expressão artística em questão.

O *copyright* é definido por Sherwood (1992, p. 22) como “o direito temporário de um autor ou artista de evitar que os outros comercializem cópias de seu ou sua expressão criativa.” [sic].

Já Pimenta (2004, p. 19) defende que:

O copyright é a nomenclatura do sistema inglês para designar a proteção ao direito exclusivo de exploração da obra intelectual, que funda-se exclusivamente na reprodução, distribuição, exibição, execução e transformação de uma obra ou uma parte dela, o que literalmente implica no direito de cópia.

O símbolo universal para indicar o *copyright* é a letra “c” dentro de um círculo - ©, colocado ao lado do nome da obra ou do titular do direito.

Ao proveito econômico de uma obra intelectual dá-se o nome de *royalties*, que é a remuneração a que faz jus o detentor dos direitos autorais pela exploração econômica de sua obra.

No Brasil, como explica Leite (2004, p. 65-66) a legislação se omitiu quanto às obras feitas sob encomenda, o que resulta no entendimento de que no Brasil o Direito de Autor pertença ao autor da obra intelectual, sendo afastada a possibilidade de que uma pessoa jurídica seja considerada detentora dos direitos de autor.

Ademais, no Brasil, as obras intelectuais gozam de proteção independentemente da existência de registro delas, sendo este registro apenas uma faculdade, como prescreve os artigos 18 e 19 da Lei 9.610/98.

Gandelman (2007, p. 33) divide os direitos autorais em dois aspectos:

o *moral*, que garante ao criador o controle à menção de seu nome na divulgação de sua obra e o respeito à sua integridade, além dos direitos de modificá-la ou retirá-la de circulação; e o *patrimonial*, que visa regular as relações jurídicas da utilização econômica das obras intelectuais [grifo do autor].

O aspecto moral dos direitos autorais compreende ainda o direito de inédito e o direito de sequência. O chamado Direito de Inédito, previsto no art. 24, III da Lei 9.610/98, se traduz como o direito que o autor tem de tornar sua obra acessível ao público ou mantê-la inédita, da maneira que lhe convier, havendo a previsão de reparação objetiva de dano moral a quem violar tal disposição (LEITE, 2004, p. 115-125). Já o chamado Direito de Sequência possibilita que os herdeiros dos autores

possam ainda usufruir da exploração econômica da obra intelectual. Este direito se fundamenta no fato de que não raro, os autores só ganham reconhecimento por suas obras após a sua morte. Este fenômeno se manifesta principalmente nas artes plásticas. Este direito se encontra positivado no art. 14 da Convenção de Berna e no art. 39 da Lei de Direitos Autorais (9.610/98) (LEITE, 2004, p. 130-158).

O sujeito ativo é o criador da obra, e aqueles que detêm direitos sobre elas, enquanto no polo passivo estão todas as pessoas que venham a consumir ou fazer uso da obra de alguma forma.

Além dos autores propriamente ditos, são também sujeitos do Direito de Autor o intérprete, o executante, o produtor, e outros que venham a se tornar detentores dos chamados “direitos conexos” ao do autor. Gandelman (2007, p. 41) define intérprete como aquele que “[...] recria o autor, dá vidas às suas ideias e expressões, e, em muitos casos, concretiza a verdade que foi por ele antes imaginada”.

Os direitos conexos foram reconhecidos a partir da Convenção de Roma de 1961. Eles ampliam o conceito de autoria, estendendo os direitos autorais aos demais agentes envolvidos em toda a produção artística e intelectual, e na difusão destas obras para a coletividade.

A obra intelectual criada por uma pessoa física, sem ter originado de um vínculo empregatício ou de uma encomenda, é propriedade exclusiva do autor, podendo, no entanto ter seus direitos cedidos ou transacionados. No entanto, existem outras situações que levam à criação de uma obra intelectual além da espontaneidade do autor.

Gandelman (2007, p. 108-109) divide as obras intelectuais em quatro tipos. As “obras individuais” são aquelas criadas livremente pelo autor, por inspiração própria. Quando duas ou mais pessoas são responsáveis pela criação, têm-se as “obras em colaboração”. As “obras sob encomenda” são aquelas que foram criadas após solicitação de uma pessoa física ou jurídica, que orienta como deve ser a temática da obra, e que, pelo pagamento, tem os direitos patrimoniais transferidos para quem encomendou. Por fim, as “obras coletivas” são criadas sob a direção de uma pessoa, mas com participação de colaboradores que não podem ser individualizados.

Os direitos conexos tem proteção pelo período de 70 (setenta) anos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da exibição ou transmissão pública, conforme o art. 96 da Lei 9.610/98.

1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

A consciência de que a autoria de uma obra deve ser respeitada e de que o autor merece o devido reconhecimento e até mesmo remuneração pelo seu trabalho, pelo o que se depreende dos registros históricos, sempre existiu, mesmo antes de tais direitos serem positivados. No entanto, a abordagem que a sociedade dá à utilização não autorizada de uma obra alheia passou por diversas mudanças ao longo do tempo.

Desde a Roma e Grécia Antiga o plágio já era considerado como um ato moralmente repreensível. Por mais que não existisse uma normatização a respeito do assunto, a vinculação entre o autor e sua obra sempre foi respeitada.

Porém, apenas com o surgimento da prensa inventada por Johann Gutemberg é que a autoria passou a ter tanta importância quanto à própria criação, isto porque, até então, enquanto os copistas eram remunerados, os verdadeiros autores nada recebiam além do reconhecimento por suas ideias e criações.

Antes da criação dos tipos móveis (impressa) por Gutemberg, a única forma de reprodução de obras literárias era por meio dos escribas, que reproduziam as obras de modo manuscrito, despendendo maior trabalho e tempo para isso. Com o surgimento da prensa, a capacidade de cópias idênticas foi intensificada, possibilitando maior número de cópias em menor tempo e com menores custos (LEITE, 2004, p. 203-204). Tamanha mudança impactou a forma de o mundo ver o autor, reconhecendo que ele merecia mais do que apenas uma “estima social”.

Nos séculos XVI e XVII, como explica Sherwood (1992 p. 32), as transações sobre uma obra artística eram feitas entre o editor e o soberano, sendo que raramente o autor em si obtinha alguma vantagem. Como as cópias não autorizadas prejudicavam o soberano, isso passou a ser considerado como um ato ilegal. Na Inglaterra, o controle sobre a imprensa, durante 150 anos a partir de 1555 tinham como única finalidade, a tutela de interesses políticos.

Em 10 de abril de 1710 foi baixado o chamado “Estatuto da Rainha Ana”, também conhecido como *Copyright Act*, lei inglesa sobre os Direitos de Autor. Em 1741 a Dinamarca passou a reconhecer este Direito. Em 1763, Carlos III, rei da Espanha, ditou uma lei que concedeu o monopólio da exploração da obra ao seu criador, e em 1764 passou-se a se transferir estes direitos aos herdeiros do autor

falecido. Na França, os direitos de autor passaram a pertencer ao criador da obra a partir da defesa feita por Louis D'Hericourt, advogado dos livreiros de Paris, que culminou na Carta de Luís XVI, em 1776, e posteriormente, em 24 de julho de 1793, na Lei nº 19, lei francesa sobre direitos autorais (PIMENTA, 2004, p. 5-6).

Após a Revolução Francesa (1789-1799), houve uma consagração dos direitos de autor, que passaram a ser considerados como uma consequência natural das criações, que não mais necessitavam da concessão por parte do Rei para serem reconhecidos como uma obra artística e objeto de proteção jurídica.

Nos Estados Unidos, em 1783 alguns estados como Massachusetts, New Hampshire, e Rhode Island estabeleceram o *copyright*, se fortalecendo na Constituição de 1789, que assegurou aos autores o direito exclusivo sobre suas obras e descobertas (PIMENTA, 2004, p. 6)

No Brasil, o primeiro esboço de direitos autorais surgiu em 11 de agosto de 1827, por meio da Lei da Fundação dos Cursos Jurídicos em São Paulo e Olinda, quando se passou a se conceder o privilégio exclusivo pelo prazo de dez anos, dos compêndios preparados pelos professores. Em 1º de agosto de 1898, a Lei brasileira nº 496 passou a regular os direitos autorais sobre obras literárias científicas e artísticas (PIMENTA, 2004, p. 7-8). Com o tempo, a legislação brasileira evoluiu, e hoje o diploma legal vigente acerca dos direitos autorais é a Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Em 30 de dezembro de 1994, por meio do Decreto nº 1.355, o Brasil promulgou a Ata Final da Rodada do Uruguai do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* – Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que levou à criação das Leis 9279/96, 9.609/98 e 9.610/98, que estabeleceram métodos mais eficazes para proteger os direitos de propriedade intelectual (LEITE, 2004, p. 24).

As Constituições brasileiras sempre trataram da proteção autoral. A primeira, chamada de Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, já garantia, em seu art. 179, inciso XXVI, a propriedade pelos inventores de suas descobertas, com privilégio exclusivo temporário ou ressarcimento da perda em caso de vulgarização.

A Lei 9.610/98, atual lei de Direitos Autorais, é a quarta lei dedicada ao tema no ordenamento jurídico brasileiro. Antes dela houve a Lei nº 496 de 1898, a Lei nº 3.071 de 1916, e a Lei 5.988 de 1973.

Mesmo após tantos anos de existência, a cada surgimento de uma nova tecnologia, o Direito Autoral passa por momentos de crise até que se estabeleça uma interpretação que abarque estas mudanças, a fim de que se mantenha a salvo os Direitos de Autor.

1.3 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AOS DIREITOS AUTORAIS

Todos os ramos do Direito são regidos por princípios, constitucionais ou específicos, que norteiam a criação de leis, bem como sua interpretação e aplicação no mundo de fato.

Os princípios se justificam nos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, construídos ao longo do tempo pela própria sociedade, passando a ser um instrumento de preservação e efetivação destes direitos. Em um Estado Democrático de Direito, onde se busca a liberação de toda forma de opressão estatal, as leis devem ser criadas obedecendo a estes princípios, que manifestam a própria vontade dos cidadãos.

O Direito Autoral é ramo um autônomo do Direito, no entanto, não existem princípios específicos inerentes à proteção autoral, mas é regido princípios constitucionais e princípios correlatos ao Direito Penal, sendo que não existe uma relação taxativa de um ou de outro, havendo divergências entre os doutrinadores.

1.3.1 Princípios Constitucionais

Muitos do que hoje se consideram princípios do ordenamento jurídico, inicialmente foram estipulações emanadas da sociedade, que posteriormente foram refletidos pelo Direito em normas positivadas. A principal fonte principiológica do ordenamento jurídico brasileiro é a Constituição Federal. Toda a legislação infraconstitucional deve a ela se submeter, sob pena de ter sua inconstitucionalidade declarada, culminando na perda de seus efeitos.

O primeiro princípio quando se trata da imputação de um delito, é o Princípio da Presunção de Inocência, previsto no art. 5º, inciso LVII da Constituição Federal. Segundo ela, aquele que acusa tem o ônus probatório, e uma pessoa apenas será considerada culpada após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

O Princípio da Imparcialidade do Juiz, previsto no art. 5º, inciso LIII da Constituição Federal garante que o juiz não pode ter vínculos subjetivos com o

processo e suas partes, para que a justa aplicação da lei não seja suprimida pela opinião pessoal do julgador. Para tutelar a aplicação deste princípio existem as hipóteses de suspeição e impedimento, previstas respectivamente nos artigos 254 e 252 do Código de Processo Penal.

No art. 5º, *caput* da Constituição Federal se encontra o Princípio da Igualdade Processual, também chamado de “paridade de armas”, trata-se da “[...] chamada igualdade material, leia-se, os desiguais devem ser tratados desigualmente, na medida de suas desigualdades” (TÁVORA, 2015, p. 53).

O Princípio do Contraditório encontra-se previsto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal e garante que a toda manifestação, será dado o direito da outra parte defender-se. Cumulado a ele está o Princípio da Ampla Defesa, que reserva ao acusado o direito de resposta sobre tudo o que lhe for imputado, uma vez que o processo pode levar à restrição de sua liberdade de ir e vir. Divide-se a defesa em autodefesa, consistente nas palavras do acusado e na defesa técnica, realizada por um procurador com poderes postulatórios.

1.3.2 Princípios Penais

Muitos dos princípios penais são oriundos da Constituição Federal, e já foram abordados anteriormente, porém, existem outros próprios desta doutrina e que se aplicam às violações aos direitos autorais tendo em vista a previsão desta conduta como um crime no art. 184 do Código Penal.

O Princípio da Legalidade inaugura o Código Penal, vindo expressamente descrito no art. 1º, com a redação de que “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”.

O objeto deste trabalho não seja especificamente o crime de violação de direito autoral, mas a todas as violações aos Direitos de Autor são aplicáveis as sanções civis previstas nos artigos 102 e seguintes da Lei de Direitos Autorais, sem o prejuízo das sanções penais cabíveis, conforme previsão do art. 101 da referida Lei.

Portanto, se todas as violações de direitos autorais podem resultar em um processo criminal, pela incursão no art. 184 do Código Penal, deve vigorar também o princípio da legalidade ou anterioridade.

O desrespeito à titularidade da obra, desde a Antiguidade já era tido como um desvio moral. Porém, antes da positivação e tipificação da conduta, nenhuma pena poderia ser aplicada ao sujeito ativo de tal violação, além da mera reprovação moral, em consequência à aplicação do Princípio da Irretroatividade da Lei Penal, onde apenas leis benéficas ao réu poderão retroagir.

O Princípio da Taxatividade determina que a descrição da conduta seja detalhada, não deixando brechas para interpretações, do mesmo modo que para que seja punida, a conduta do autor deve se encaixar perfeitamente na descrição do tipo incriminador.

O Princípio da Territorialidade Absoluta garante a aplicabilidade da lei penal em todas as violações que ocorrerem dentro do território brasileiro. Este princípio encontra previsão no Art. 1º do Código Penal.

A sanção penal deve ser a *ultima ratio*, de modo que, se medidas de natureza civil ou administrativa forem suficientes para a reparação do dano, deve ser afastada a intervenção do Estado na liberdade individual de seus cidadãos. Isto é o que prescreve o Princípio da Intervenção Mínima.

Segundo o Princípio da Adequação Social, uma conduta só deve ser tipificada como criminosa se houver uma grande reprovabilidade pela sociedade. Se a sociedade tolera, não há motivo para que o Estado condene. Isto faz com que o Direito Penal mude conforme o que a sociedade entende por certo ou errado em determinado período histórico. Condutas que estão previstas como crimes passam a ser consideradas como “letra-morta” e outras que eram antes eram aceitáveis se tornam altamente reprovadas.

Em razão de a sociedade ter se tornado perigosamente conivente com as constantes violações aos direitos autorais, frequentemente se discute nos tribunais a aplicabilidade ou não do princípio penal da adequação social ao art. 184 do Código Penal.

Em decorrência desta discussão, com base em vários precedentes, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 502, com o seguinte teor:

Súmula 502 - Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas. (Súmula 502, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2013, DJe 28/10/2013).

Sendo assim, mesmo que a sociedade não condene moralmente, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu que a propriedade intelectual continua sendo um bem jurídico que deve ser tutelado, para o bem da coletividade. Tal entendimento é compartilhado pelo Supremo Tribunal Federal.

Outra fonte de questionamentos é o Princípio da Insignificância. Destinado a afastar a atipicidade da conduta que cause prejuízo ínfimo, o que é bastante relativo e deve ser analisado individualmente em cada situação, pois dependerá da situação financeira do réu e da vítima. Todavia, têm-se o entendimento de que tal princípio pode ser aplicado ao crime de violação de direitos autorais, quando se preencherem os requisitos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal em sede de *habeas corpus*:

“EMENTA: (STF-142845) HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INVIABILIDADE. REINCIDÊNCIA E HABITUALIDADE DELITIVA COMPROVADAS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. ADIAMENTO DO JULGAMENTO PARA A SESSÃO SEGUINTE. DESNECESSIDADE DE NOVA PUBLICAÇÃO DA PAUTA. ORDEM DENEGADA. É entendimento reiterado desta Corte que a aplicação do princípio da insignificância exige a satisfação dos seguintes vetores: (a) mínima ofensividade da conduta do agente; (b) ausência de periculosidade social da ação; (c) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada. Reconhecidas a reincidência e a habitualidade da prática delituosa, a reprovabilidade do comportamento do agente é significativamente agravada, sendo suficiente para inviabilizar a incidência do princípio a insignificância. Precedentes. Adiada a sessão de julgamento para qual as partes foram regularmente intimadas, desnecessária é a renovação da publicação do ato convocatório, porquanto as partes consideram-se automaticamente intimadas para a sessão subsequente, daí não decorrendo qualquer violação ao princípio da ampla defesa. Precedentes. Ordem denegada. (Habeas Corpus nº 100.240/RJ, 2ª Turma do STF, rel. Joaquim Barbosa. j. 07.12.2010, unânime, DJe 02.03.2011)”.

Pelo Princípio da Publicidade se os atos processuais, em regra, serão públicos, sem o prejuízo do sigilo quando for necessário para defender a intimidade ou interesse social.

Sobre todas as decisões judiciais é garantido o direito de revisão por meio de recursos, é o que garante o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição. Por meio dele, seguindo-se a hierarquia do Poder Judiciário, aquele que se sentir prejudicado poderá recorrer das decisões para que haja uma revisão desta por um tribunal que seja hierarquicamente superior àquele que proferiu a decisão.

Não existe um rol taxativo dos princípios, sejam eles constitucionais ou específicos de cada ramo do Direito, todavia, estes são os principais princípios que se aplicam ao Direito Autoral.

1.4 LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS DIREITOS AUTORAIS

Embora muitas pessoas reconheçam a importância das criações intelectuais, bem como dos Direitos de Autor, ainda é muito grande o quantitativo de pessoas que fazem uso e cópias sem autorização e repasse do valor econômico devido, violando os limites da propriedade intelectual, pois, como explica Bittar (2005, p. 184) “[...] existe o incontestável interesse da coletividade na difusão de obras intelectuais; [...] a expansão da cultura como esteio do desenvolvimento geral de toda nação: a exigência da informação”.

Em razão disso foi necessária a criação de leis e tratados internacionais visando que a cominação e aplicação de sanções aja como um freio nestas violações, salvaguardando os direitos do autor sobre a sua criação e incentivando a produção artística.

Na seara do chamado Direito Natural, decorrente da moral da sociedade, os Direitos de Autor sempre existiram, pois é intrínseco que o autor de uma obra pode dispô-la conforme a sua conveniência e deter os frutos - econômicos ou não - do seu trabalho. Com o passar dos anos, tal pensamento foi explicitado por meio de normas positivadas, ganhando maior força e efetividade.

1.4.1 Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas e demais Tratados Internacionais

Durante muito tempo, embora os autores tenham passado a ser reconhecidos socialmente por sua obra, no que tange ao proveito econômico permaneceram lançados à sorte, sendo que não raro, autores como compositores clássicos e seus filhos, passavam por necessidades financeiras extremas, levavam uma vida miserável e muitas vezes não tinham nem o que comer, muito embora suas obras fossem executadas nos salões para membros da mais alta sociedade, com alguém recebendo os frutos econômicos de tais execuções (PIMENTA, 2005, p. 4)

Em razão disso, muitos autores, sob a liderança de Victor Hugo, Alexandre Dumas, Honoré de Balzac, Menissonier, propuseram durante um Congresso Literário

realizado na cidade de Paris, a criação de uma Convenção Internacional dedicada à proteção do autor, que veio a dar origem à chamada Convenção de Berna. (PIMENTA, 2005, p. 4)

Este importante Tratado, datado de 09 de setembro de 1886, foi criado após a realização da Convenção de Berna para a Proteção de Obras Artísticas e Literárias. Entrou em vigor no Brasil por meio do Decreto nº 75.699 de 06 de maio de 1975, e foi pioneira em proteger os direitos autorais de forma homogênea, estendendo-se aos autores estrangeiros. Nela, como consta no próprio texto da Convenção os países signatários manifestaram estar “igualmente animados do propósito de proteger de maneira tanto quanto possível eficaz e uniforme os direitos dos autores sobre as respectivas obras literárias e artísticas”.

A partir dela, a proteção aos direitos autorais também passaram a ter uma duração maior. Se antes o autor tinha apenas um período de tempo após a publicação da obra para gozar de seus frutos econômicos, agora, de modo geral, essa proteção é vitalícia, perdurando por mais um determinado tempo após a sua morte.

Esta Convenção foi pioneira em dar aos direitos autorais o tratamento que se mantém nos dias atuais, com a proteção de modo homogêneo a todos os autores, nacionais e estrangeiros, de forma vitalícia, durando até após a sua morte. Foi uma verdadeira união mundial com o objetivo de tutelar os direitos autorais (LEITE, 2004, p. 103-104).

Ela traz em seu art. 6º, um rol do que se classifica como “obras literárias e artísticas”, e assegura a todas elas a proteção aos direitos autorais em todos os países unionistas.

[...] todas as produções do domínio literário, científico e artístico, qualquer que seja o modo ou a forma de expressão, tais como os livros, brochuras e outros escritos; as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza; as obras dramáticas ou dramático-musicais; as obras coreográficas e as pantomimas; as composições musicais, com ou sem palavras; as obras cinematográficas e as expressas por processo análogo ao da cinematografia; as obras de desenho, de pintura, de arquitetura, de escultura, de gravura e de litografia; as obras fotográficas e as expressas por processo análogo ao da fotografia; as obras de arte aplicada; as ilustrações e os mapas geográficos; os projetos, esboços e obras plásticas relativos à geografia, à topografia, à arquitetura ou às ciências. (BRASIL. Decreto nº. 75.699/75).

Em seus 38 artigos, a Convenção trouxe disposições que serviram como base para as legislações de proteção aos direitos autorais que foram criadas posteriormente em cada país signatário.

Além da Convenção de Berna, existem outros tratados internacionais para garantir que o autor tenha seus direitos sobre sua obra tutelados dentro e fora de seu país de origem.

O Brasil é signatário dos seguintes tratados: Convenção Universal de 1971 pelo Decreto nº 76.905 de 24 de dezembro de 1975; Convenção de Roma de 1961, que trata da proteção aos artistas intérpretes ou executantes, produtores de fonogramas e organismos de radio fusão, por meio do Decreto nº 57.125 de 19 de outubro de 1965; Convenção de Genebra de 1971, que dispõe sobre proteção dos produtores de fonogramas, através do Decreto 76.906 de 24 de dezembro de 1975, e o Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), pelo Decreto 1.355 de 30 de dezembro de 1994.

1.4.2 Constituição Federal de 1988

O direito autoral está elencado entre os direitos fundamentais. Isso faz com que ele mereça especial atenção, e se assim não fosse, colocaria vários trabalhadores na miséria, comprometendo indústrias, aumentando o desemprego e prejudicando toda a sociedade, afinal, como assevera Bulos (2014, p. 525), “sem os direitos fundamentais, o homem não vive, não convive, e, em alguns casos, não sobrevive”.

Em seu art. 5º, incisos XXVII, XXVIII e XXIX, a Constituição Federal de 1988 prevê o direito exclusivo do autor de utilizar, publicar e reproduzir suas obras. Tal previsão visa o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico do país, pois, ao saber que suas criações estarão protegidas, a sociedade tende a ser mais criativa.

Os direitos autorais a que se refere a Constituição Federal englobam os direitos conexos e os do autor. No entanto, este direito fundamental precisa da Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98) para que tenha aplicabilidade de fato.

1.4.3 Código Civil

A responsabilidade civil emana de todo ato ilícito que venha a causar dano a alguém. Neste sentido, prescreve o art. 927 do Código Civil que “Aquele que, por ato ilícito (artigos 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. A fim de ilustrar a aplicabilidade da responsabilização civil às violações de direitos autorais, convém trazer à baila os artigos a que se fez remissão:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

A previsão do Código Civil é bastante explícita. Toda violação aos direitos de autor, causam danos, que podem ser morais, materiais, ou ambos. Portanto, todo aquele que violar direito autoral de outrem, está sujeito à, além da condenação penal, ser responsabilizado civilmente, com condenação ao pagamento de uma indenização a fim de reparação aos danos que causou com sua conduta ilícita.

O prazo prescricional para requerer reparação dos danos causados é regido pelo Código Civil, o qual prescreve em seu art. 205, o prazo geral de dez anos, sendo reduzido para três anos em caso de cabimento de reparação civil, conforme o §3º, V do referido artigo.

1.4.4 Código Penal

A violação ao direito do autor é danosa à sociedade a ponto de ser considerado um crime, estando tipificada atualmente no art. 184 do Código Penal. E esta não foi a primeira vez que a violação de direitos autorais foi tratada no âmbito penal.

O Código Criminal do Império de 1830, dentro do Título III, que tratava dos crimes contra a propriedade, já previa em seu art. 261, penalização de apreensão e multa no valor do “tresdobro” do valor das obras apreendidas, para quem utilizasse indevidamente obra de autor ainda vivo, ou no prazo de 10 anos após a sua morte, caso houvesse deixado herdeiros.

O Código Penal da República, de 1890 inovou trazendo um capítulo dedicado à proteção dos direitos autorais, intitulado “dos crimes contra a propriedade litteraria, artistica, industrial e commercial” [sic], com a mesma previsão de pena de apreensão e pagamento do triplo do valor das obras a título de multa, pelo lapso temporal de 10 anos após a morte do autor que deixar herdeiros.

O atual Código Penal prevê o crime próprio de violação de direito autoral, tipificado no art. 184, no capítulo I (Dos crimes contra a propriedade intelectual), do Título III (Dos crimes contra a propriedade imaterial), com a seguinte redação:

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Na mesma pena do § 1º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.

§ 3º Se a violação consistir no oferecimento ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, com intuito de lucro, direto ou indireto, sem autorização expressa, conforme o caso, do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor de fonograma, ou de quem os represente

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa

§ 4º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º não se aplica quando se tratar de exceção ou limitação ao direito de autor ou os que lhe são conexos, em conformidade com o previsto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, nem a cópia de obra intelectual ou fonograma, em um só exemplar, para uso privado do copista, sem intuito de lucro direto ou indireto.

O Código Penal de 1940 foi o primeiro a estipular pena restritiva de liberdade, por meio de detenção. Antes dele a pena era apenas a apreensão e perda das cópias e multa. A redação atual do artigo foi dada pela Lei 10.695 de 1º/7/2003, popularmente conhecida como “Lei Antipirataria”.

O referido artigo é uma norma penal em branco, sendo que, para que haja um entendimento das condutas tipificadas como crime, é necessário visitar a Lei de Direitos Autorais. Destaca-se que a referida Lei Antipirataria teve o cuidado de incluir

no tipo penal a extensão do delito aos direitos conexos, embora também não o tenha definido.

Classifica-se como crime comum quanto ao sujeito ativo e próprio quanto ao sujeito passivo, pois somente o autor ou os demais legitimados (herdeiros, sucessores, titulares de direito) podem figurar como vítimas. Precisa haver dolo para que se configure o crime, não subsistindo o delito se praticado na modalidade culposa. Em regra, é um delito comissivo, todavia, pode ser omissivo se o agente tiver o dever de garantidor. Pode ser instantâneo (uma única conduta que gera o resultado) ou permanente (caso se prolongue no tempo). É monossujeito, uma vez que pode ser praticado por apenas uma pessoa, admitindo-se, todavia, a coautoria e participação. Tem forma livre, não havendo previsão específica de um meio delitivo para a consumação (GRECO, 2012, p. 608/609).

O Código Penal tutela bens jurídicos, e o referido artigo visa proteger a propriedade intelectual do autor. Já o objeto material protegido é a obra literária, artística ou científica.

A consumação ocorre no momento em que os direitos autorais passam a ser violados, em razão disso, a estipulação do momento da consumação varia conforme a espécie da obra violada, necessitando de uma análise específica em cada caso. A tentativa também recebe sanção.

O Código Penal previu modalidades qualificadas do delito, previstas nos §§ 1º, 2º e 3º.

O §1º prevê pena de dois a quatro anos de reclusão, e multa, quando houver reprodução total ou parcial de um obra, sem autorização devida, com intuito de se obter lucro direto ou indireto.

Aquele que, com intuito de lucro direto ou indireto, expõe a venda, aluga, introduz no país, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de uma obra, reproduzido com violação aos direitos autorais, ou aluga original ou cópia sem expressa autorização, incorre no §2º do art. 184, com pena de dois a quatro anos de reclusão.

Ressalta-se que para caracterização deste delito, pouco importa se a cópia é grosseira ou não, pois não faz parte do núcleo do tipo penal. Seja a cópia feita de modo a parecer ser original, ou de forma grosseira, havendo violação aos direitos autorais, o crime restará configurado.

O §3º é o mais relevante para este estudo, uma vez que trata da violação praticada por meio do oferecimento ao público mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita que a pessoa receba em tempo e lugar determinado pela pessoa que formula a demanda, com intuito de lucro direto ou indireto, e sem a autorização expressa do detentor dos direitos sobre a obra. A pena também é de dois a quatro anos de reclusão e multa.

Na conduta deste parágrafo, o agente não comercializa diretamente, mas deixa disponível para que qualquer usuário interessado tenha acesso e download à obra.

O art. 186 do Código Penal dispõe sobre o processamento da ação. Para a conduta prevista no *caput* do art. 184, apenas se procede mediante queixa, tendo, como juízo competente, em regra, o Juizado Especial Criminal, por tratar-se de infração de menor potencial ofensivo, podendo inclusive haver proposta de suspensão condicional do processo. As condutas previstas nos §§1º a 3º serão processadas na Vara Criminal comum, sendo que o §1º e 2º será de ação penal pública incondicionada, e o §3º será ação pública condicionada à representação. Também serão públicas incondicionadas quando a violação for cometida em desfavor de entidades de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou entidade fundada pelo Poder Público.

No §4º do referido artigo tem uma importante exceção, a das condutas que não se configura o disposto nos parágrafos anteriores quando for apenas uma exceção ou limitação dos direitos autorais e conexos, ou ainda quando a cópia for feita em um só exemplar, para uso pessoal do copista, sem aferimento de lucro direto ou indireto.

Esse parágrafo traz uma disposição curiosa, tendo em vista que acaba por ignorar a maior parcela das violações aos direitos autorais que ocorrem a todo o momento. Todavia, é de se entender a decisão do legislador em estabelecer a atipicidade do delito para aquele que faz uma cópia única e para uso próprio, uma vez que não seria viável, nem possível processar a todos que incorrem nesta conduta.

O Código de Processo Penal, nos seus artigos 524 a 530-I dispõem sobre o processamento dos crimes contra a propriedade intelectual. Interessante previsão tem o art. 525, que estabelece que a queixa ou denúncia apenas seja aceita se instruída com exame pericial dos objetos que constituírem o corpo de delito.

O art. 530-G ressalta que após a condenação, o juiz poderá determinar a destruição dos bens ilicitamente produzidos ou reproduzidos e o perdimento dos equipamentos.

1.4.5 Lei 9.610/98

A Lei 9.610/98, que já foi mencionada diversas vezes no presente estudo, é a atual Lei de Direitos Autorais. Conforme a própria ementa da lei, ela foi responsável por, em seus 115 artigos, alterar, atualizar e consolidar a legislação acerca dos direitos autorais, além de outras providências.

É uma lei extensa, a qual demandaria um estudo dedicado a ela para que fosse possível abordá-la em todos os seus aspectos. Todavia, algumas disposições se destacam, as quais serão brevemente analisadas abaixo.

O art. 3º estabelece que os direitos autorais classificam-se como bens móveis. O art. 7º define que serão consideradas como obras intelectuais protegidas as “criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro”. O legislador foi cauteloso em incluir os meios que venham a ser inventados no futuro, uma vez que a humanidade está em constante evolução, e nunca deixará de inventar novas formas de consumir conteúdo. Deste modo, ressalta-se que as obras intelectuais gozam de proteção, mesmo que veiculadas pela internet.

Em contrapartida, o art. 8º traz um rol de criações intelectuais que não gozam dos benefícios da proteção autoral, quais sejam:

- I - as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;
- II - os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios;
- III - os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;
- IV - os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;
- V - as informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;
- VI - os nomes e títulos isolados;
- VII - o aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.

A definição de autor deriva do art. 11, que o descreve como “pessoa física criadora de literária, artística ou científica”, feita a ressalva parágrafo único do mesmo artigo, que a proteção autoral pode ser estendida às pessoas jurídicas.

Os artigos 18 e 19 trazem a importante previsão de que para ser beneficiária da proteção autoral, a obra não precisa ter sido registrada oficialmente, sendo que tal registro, em órgão público definido no art. 17 da Lei 5.988 de 1973, é facultativo. Vale a menção ao curioso fato de que o art. 17 à que se refere o art. 18 da Lei de Direitos Autorais é o único ainda vigente da Lei 5.988/73, sendo que todos os outros foram revogados com a criação da nova Lei de Direitos Autorais.

O art. 22 e 23 garantem ao autor e coautor (salvo acordo em contrário) os direitos morais e patrimoniais sobre a obra criada. Os direitos morais são inalienáveis e irrenunciáveis (art. 27) e estão previstos no art. 24 da Lei de Direitos Autorais. São eles:

- I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;
- II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;
- III - o de conservar a obra inédita;
- IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;
- V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;
- VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;
- VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

Os direitos patrimoniais por sua vez, estão previstos nos artigos 28 a 45 da referida Lei. Exclusivamente ao autor cabe o direito de usar, fruir e dispor da sua obra, como prevê o art. 28, podendo esse direito ser transferido a terceiros, obedecendo-se as disposições dos artigos 49 a 52. Os direitos patrimoniais perduram por setenta anos contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à morte do autor ou do último coautor sobrevivente, conforme os artigos 41 e 42. Todavia, a transmissão da obra para domínio público pode ocorrer antes do fim do prazo de proteção quando o autor falecido não deixar sucessor, ou se for de autor desconhecido, ressalvando-se as obras que se referem a conhecimentos étnicos ou tradicionais de algum povo, como dispõe o art. 45 da Lei.

Nos artigos 46 a 48 estão explicitadas algumas condutas e situações que não configuram violação aos direitos autorais. A Lei dedicou seu Título V para tutelar os direitos conexos.

A partir do art. 101 dá-se início ao Título VII, intitulado “Das Sanções às Violações dos Direitos Autorais”, com o referido artigo estabelecendo que as sanções previstas na Lei não afastam as sanções penais cabíveis. O art. 102 prescreve que o autor que tiver reproduções indevidas de sua obra, poderá requerer a apreensão das cópias ou a suspensão da divulgação delas, além de ser indenizado monetariamente. O art. 103 estabelece que aquele que editar uma obra sem a autorização do autor, perderá para este os exemplares que forem apreendidos e deverá pagar-lhe o valor equivalente aos que já tenha vendido, sendo que no parágrafo único há a previsão de que se não for possível contabilizar o número de exemplares, deverá o infrator pagar ao autor o valor equivalente a três mil exemplares, além dos apreendidos.

Esta previsão é importante, pois atribui responsabilização a uma pessoa jurídica, o que demonstra que não apenas as pessoas físicas que praticarem violações de direitos autorais serão responsabilizadas, mas todas aquelas pessoas, físicas ou jurídicas, que, tendo conhecimento da violação, contribuem de alguma forma ou nada fazem para que ela cesse.

Para aquele que utilizar a obra intelectual de outrem sem a devida indicação de quem é o autor, além do pagamento de danos morais, o art. 108 prevê a obrigatoriedade de divulgar a identidade do autor da seguinte maneira:

- I - tratando-se de empresa de radiodifusão, no mesmo horário em que tiver ocorrido a infração, por três dias consecutivos;
- II - tratando-se de publicação gráfica ou fonográfica, mediante inclusão de errata nos exemplares ainda não distribuídos, sem prejuízo de comunicação, com destaque, por três vezes consecutivas em jornal de grande circulação, dos domicílios do autor, do intérprete e do editor ou produtor;
- III - tratando-se de outra forma de utilização, por intermédio da imprensa, na forma a que se refere o inciso anterior.

Por fim, em seu artigo derradeiro, art. 115, faz-se a menção de todas as leis que foram revogadas a partir da publicação desta, a saber, os artigos 649 a 673 que constituíam o capítulo nomeado “da propriedade literária, científica e artística” presente no Código Civil de 1916, vigente à época. Revogaram-se também as Leis nº 4.944/66, Lei nº 5.988/73 (com exceção do art. 17) que era a Lei de Direitos Autorais até então, Lei nº 6.800/80, 7.123/83, 9.045/95, e demais disposições em contrário, não sofrendo revogação as leis 6.533/78 e 6.615/78.

1.4.6 Lei 10.695/03

O referido diploma legal, veiculado em alguns lugares como “Lei Antipirataria” modificou o Código Penal em seus artigos 184 e 186, e revogou o artigo 185 do referido Código. Além disso, acrescentou novos dispositivos ao Código de Processo Penal.

Uma das modificações trazidas por esta Lei foi a adição ao art. 184 do Código Penal, da disposição que abre uma espécie de exceção à violação de direito autoral que for praticada por meio de uma única cópia para uso pessoal daquele que fizer a cópia sem intuito de lucro, restando excluída a tipicidade penal desta conduta.

Todavia, não houve alterações no art. 46, II da Lei de Direitos Autorais, que exime de responsabilização a cópia de pequenos trechos para uso do copista. Logo, embora não seja mais considerado um ilícito penal, a cópia total de uma obra, mesmo que para uso exclusivo do copista e sem finalidade lucrativa, pode incorrer na responsabilização no âmbito civil, com consequente apreensão da cópia e pagamento de indenização.

Entre as alterações, se tem como a de maior impacto a ampliação da tipicidade penal para as violações aos direitos conexos. Ocorre que, a redação antiga dos parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 184 do Código Penal, contemplava apenas os direitos do autor propriamente dito, aos interpretes, executantes e produtores fonográficos. Após a alteração, as penalidades previstas se aplicam de forma mais abrangente, através da inclusão do texto “ou de quem os represente” ao final de cada parágrafo.

As demais modificações implantadas pela Lei Antipirataria no Código Penal e Código de Processo Penal, de modo geral, referem-se à propositura e ao processamento da ação que apurar delito de violação de direitos autorais.

2 DIREITOS DO AUTOR E TECNOLOGIA

Com o passar dos anos, e a evolução da sociedade, os meios de absorção e consumo de informações e entretenimento tem mudado. Os grandes discos de vinil perderam espaço para o *compact disc* (CD), as fitas de videocassete foram substituídas pelos DVD's. As lojas agora são visitadas do conforto do lar, e as compras são feitas em alguns cliques.

Em poucos anos, o computador pessoal passou a ser cada vez mais presente nas residências de todas as classes sociais, mas ainda mais rapidamente foi substituído pelos telefones móveis, que passaram a exercer a função de telefone e computador em um único e pequeno aparelho portátil, tornando o acesso à internet ainda mais prático e dinâmico. Neste sentido assevera Leite (2004, p. 213) que: “Hoje em dia a Internet transformou-se no principal meio de comunicação de massa e trocas tanto comerciais como não comerciais”.

Esses avanços tão acelerados facilitaram o acesso à informação, à educação, à comunicação, entre tantas outras benesses à sociedade.

Porém, como ressalta Leite (2004, p. 18), essas tecnologias necessitam de um controle para que direitos não sejam violados, afirma ainda que, para o Direito Autoral, estes avanços tecnológicos se equiparam à revolução que as invenções de Gutemberg causaram no Ocidente.

Os avanços tecnológicos modificam o comportamento da sociedade e influenciam todos os ramos do Direito, e com o Direito Autoral não seria diferente. A tecnologia modifica o meio pelo qual as obras intelectuais são propagadas e por isso afeta de modo tão expressivo a forma como deve ser realizada a proteção autoral.

Para Leite (2004, p. 41), a solução para manter os direitos autorais protegidos diante desta nova tecnologia “[...] se fundarão na adaptação e flexibilização dos existentes conceitos de proteção autoral e na globalização de seus sistemas, pois a tecnologia digital está cada vez mais globalizada pelas redes de informação digital.”.

Leite (2004, p. 235) afirma ainda que “o destino do direito autoral é caminhar sempre lado a lado com a tecnologia e evoluir na medida em que esta evolui, adaptando-se às alterações e superando contradições, sem, porém, eliminar estas últimas”. Sendo assim, entende-se que a tecnologia continuará avançando, de modo que os mecanismos de tutela dos direitos do autor também não se manterão estáticos.

2.1 INFLUÊNCIAS DO AVANÇO DA TECNOLOGIA E INTERNET NO SISTEMA DE PROTEÇÃO AUTORAL

Se o surgimento do *copyright* foi uma reação à invenção da imprensa, da mesma forma, cada avanço nos meios e mecanismos de cópias de obras protegidas levantam a polêmica da necessidade de inovação ou adequação da proteção para que continue a se atender as necessidades do autor e de seu público. Com o surgimento da internet não seria diferente.

O Ministério das Comunicações, por meio da Portaria 148 de 31 de maio de 1995 define *internet* como “nome genérico que designa o conjunto de redes, os meios de transmissão e comutação, roteadores, equipamentos e protocolos necessários à comunicação entre computadores, bem como o "software" e os dados contidos nestes computadores”.

De forma prática, a internet se manifesta como um meio de comunicação, interação e compartilhamento de informações, de modo praticamente instantâneo, superando qualquer outro meio na velocidade com que consegue percorrer longas distancias. Por ser algo totalmente inovador e em constante evolução, nunca se sabe o que há por vir, o que será criado, e o que será compartilhado na internet.

Uma vez disponibilizada na internet, uma obra poderá ser duplicada indefinidamente, tornando-se praticamente impossível controlar o seu alcance. Vale lembrar que há pessoas dedicadas a violar as regras do mundo virtual, denominadas *hackers* e *crackers*. Todavia, o direito ainda existe e ainda deve ser tutelado, pois, como asseveram Branco e Paranaguá (2009, p. 62), “[...] a mera inserção da própria obra na internet não a faz cair em domínio público. Claro que o controle sobre a utilização da obra por terceiros será muito mais difícil. Mas essa é outra história.”

A preocupação que surge, como ressalta Sherwood (1992, p. 57) é que o excesso de proteção cause um freio criativo, gerado pelo medo de, durante as experimentações e inovações, se viole por acidente os direitos autorais de outrem.

Segundo Leite (2004, p. 213-214), as redes de internet se apresentam como uma ameaça aos Direitos Autorais em razão da conexão entre os aparelhos, seu alcance abrangente, e por possibilitar que uma mesma pessoa seja criador, distribuidor e consumidor de uma obra, aumentando a discrepância entre o meio digital e os meios tradicionais regulados pelo Direito de Autor.

A história comprovou que não há limites para a criação humana, de modo que as normas jurídicas jamais conseguirão acompanhar a evolução da sociedade. Esta característica é ainda mais nítida nos Direitos Autorais, pois sempre há uma nova tecnologia que não se amolda aos conceitos preexistentes, exigindo uma interpretação adaptativa do Direito Autoral, até que haja uma atualização legislativa. Ainda sobre esta preocupação, tem-se que:

Por outro lado, ao se estudarem os direitos de autor diante de uma nova tecnologia, deve-se atentar para o perigo que a inadequada e ineficiente proteção autoral pode representar para toda a sociedade, perigo esse que reside na real possibilidade de perdas econômicas a serem sofridas por pessoas que investem em inovações tecnológicas e exploram as criações intelectuais, caso a proteção seja ineficiente e inadequada, o que pode levar a uma redução na taxa de criação das obras intelectuais e, conseqüentemente, a uma redução no desenvolvimento cultural da própria sociedade, que teria acesso cada vez mais reduzido às obras intelectuais e, por conseguinte, à informação (LEITE, 2004, p. 37).

Nem todas as criações de espírito são passíveis de reprodução por meio digital e por consequência, algumas sofrem mais impacto do que outras. Em uma análise superficial dos usos e costumes da sociedade na internet, as obras que mais são afetadas por estas mudanças são as literárias, cinematográficas e fonográficas, uma vez que não há mais a necessidade de se deslocar a uma livraria ou a uma vídeo-locadora ou loja de discos para ter acesso a elas, bastando alguns *cliques* para ter acesso gratuito a uma infinidade de conteúdos. *Softwares* e aplicativos que permitem o acesso gratuito às obras protegidas estão presentes em praticamente todos os computadores e celulares, afetando gravemente a indústria do entretenimento.

Ademais, diante dos avanços tecnológicos, o questionamento que cerca o assunto é se será necessária a criação de um novo sistema de proteção dos direitos autorais que abranja as inovações tecnológicas, ou se apenas uma revisão da legislação existente, com uma interpretação que adapte à nova realidade é suficiente para manter salvaguardados os direitos sobre a propriedade intelectual.

A necessidade ou não de uma inovação na legislação ainda é um assunto controverso. Doutrinadores como Eduardo Lycurgo Leite afirmam que, para solucionar os problemas existentes e os que ainda surgirão em decorrência do avanço tecnológico não é necessária a criação de uma lei específica para determinada tecnologia, mas sim a adaptação dos princípios já existentes para que

se abranja o universo digital, uma vez que as violações aos Direitos Autorais ainda são as mesmas que passaram a ocorrer com o surgimento de móveis com capacidade e finalidade de reprodução, a saber: pirataria e violações de direitos morais e patrimoniais, autoria e titularidade, entre outros, mudando-se apenas a tecnologia aplicada (LEITE, 2004, p. 42-45).

Já Pimenta (2004, p. 77) manifesta entendimento contrário quando assevera que:

Diversamente, deve haver uma legislação especial para regulamentar o uso da internet, ou tipificar as condutas criminosas na internet (delitos formais informáticos), ou até a especificar as formas de utilização de obras intelectuais na internet.

Por demandar um tratamento tão diferenciado, há estudiosos que defendem até o surgimento de um novo ramo do Direito, chamado “Direito Digital”, dedicado a regular a “sociedade virtual”. Neste sentido:

Se a internet é um meio, como é o rádio, a televisão, o fax, o telefone, então não há que falar em Direito de Internet, mas sim em um único Direito Digital cujo grande desafio é estar preparado para o desconhecido, seja aplicando antigas ou novas normas, mas com a capacidade de interpretar a realidade social e adequar a solução ao caso concreto na mesma velocidade das mudanças da sociedade (PINHEIRO, 2013, p. 71 *apud* GRANJEIRO, 2014, p. 23).

O Direito de Autor tradicionalmente divide as obras por categorias, prevendo tratamento específico para cada uma delas. No entanto, com a “digitalização” das obras, elas passam a ser definidas pelo meio de publicação (digital) e não mais pela característica da obra, de modo que, livros, filmes e músicas passam a ser tuteladas da mesma forma em razão do meio em que se encontram, o que para autores como Leite (2004, p. 223) pode acarretar em maior dificuldade de regulá-las e protegê-las.

Em simpósio promovido pela OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), denominado “O impacto da tecnologia digital no direito autoral e direitos conexos”, entre os vários assuntos abordados, encontra-se a origem da palavra “digital”:

A palavra digital, que vem de dígitos, significa que a informação consiste somente em discretos valores numéricos compostos de zeros e uns, o chamado código binário. É um contraste à palavra “análogo” – tecnologia analógica, que significa a forma de informação com quantidades constantemente variáveis (GANDELMAN, 2007, p. 129).

Em razão disso, as cópias feitas digitalmente tem a mesma qualidade da original ou até mesmo são aperfeiçoadas, o que dificulta diferenciar uma cópia de um exemplar original.

A Internet teve sua origem em 1969, com o nome de “Arpanet”. Em 1958 o Departamento de Defesa dos Estados Unidos fundou a *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), com a finalidade aperfeiçoar recursos de pesquisas, para superar a tecnologia militar da União Soviética, que acabara de lançar o primeiro Sputnik em 1957. Um dos departamentos da ARPA, o *Information Processing Techniques Office* (IPTO), que fora fundado em 1962, arquitetou a rede de computadores chamada “Arpanet” (CASTELLS, 2003, p. 13-14).

Após vários avanços e modificações, em 1983, o Departamento de Defesa americano, para aumentar a segurança, criou a “Milnet”, uma rede dedicada para usos militares. Em decorrência disto, a “Arpanet” se tornou “Arpa-Internet” e passou a ser utilizada unicamente para pesquisas (CASTELLS, 2003, p. 15).

Em 1990, já desusada, a “Arpanet” teve suas operações encerradas. Doravante, a internet se desvinculou do uso exclusivo militar, e o governo americano repassou o controle da internet para a *National Science Foundation* (NSF), que por sua vez promoveu a privatização dela. A partir daí, provedores começaram a surgir, com suas próprias redes e portas de comunicação para fins comerciais, ocasionando a expansão global da internet (CASTELLS, 2003, p. 15).

Outro fator importante na popularização da internet por todo o mundo foi a criação do *www*. O programador inglês Tim Berners-Lee, que trabalhava no CERN – Laboratório Europeu para a Física de Partículas, em Genebra, desenvolveu em 1990 o primeiro navegador/editor e o batizou de “*World Wide Web*”, a “rede mundial” que possibilita o compartilhamento de toda a sorte de informações com qualquer computador que esteja conectado à internet. O navegador foi lançado pela CERN em 1991 (CASTELLS, 2003, p. 17-18).

Mesmo que sua origem tenha ocorrido na década de 60, foi em 1995 que a internet nasceu de fato para a sociedade em geral com o lançamento do *software* Windows 95, oportunidade em que a Microsoft lançou o seu próprio navegador, o *Internet Explorer*. (CASTELLS, 2003, p. 19).

Em meados da década de 90, a internet estava totalmente privatizada e com uma arquitetura aberta, possibilitando a conexão entre computadores de todos os lugares do mundo.

Muito se diz que a internet começou como uma ferramenta governamental para o fortalecimento militar, todavia, estudiosos afirmam que, embora tenha se financiado como se ferramenta militar fosse, na verdade foi criado não para fins militares, mas sim para uma finalidade mais nobre, o desenvolvimento de uma tecnologia que conectasse o mundo. Neste sentido Castells (2003, p. 21) afirma que:

Portanto a Arpanet, a principal fonte do que viria a ser afinal a Internet, não foi uma consequência fortuita de um programa de pesquisa que corria em paralelo. Foi prefigurada, deliberadamente projetada e subsequentemente administrada por um grupo determinado de cientistas da computação que compartilhavam uma missão que pouco tinha a ver com estratégia militar. Enraizou-se num sonho científico de transformar o mundo através da comunicação por computador, embora alguns dos participantes do grupo se satisfizessem em simplesmente promover boa ciência computacional. Em conformidade com a tradição da pesquisa universitária, os criadores da Arpanet envolveram estudantes de pós-graduação nas funções nucleares de projeto da rede, numa atmosfera totalmente relaxada do ponto de vista da segurança. Isso incluía o uso da Arpanet para conversas pessoais de estudantes e, segundo conta, discussões sobre oportunidades para compra de maconha. A lista de correspondência eletrônica mais popular da Arpanet era SF-Lovers, dedicada aos fãs de ficção científica [...].

O fato é que em poucos anos, este experimento se tornou uma ferramenta praticamente indispensável para toda a sociedade, seja para pesquisas ou mero entretenimento.

A internet propiciou o surgimento de inúmeras tecnologias, dentre elas, as que tem por finalidade a compactação de dados. Um grande exemplo disso é a tecnologia do *Motion Picture Expert Group 1, Audio Layer 3*, popularmente conhecido como “MP3”, programa de compactação de áudio na proporção de 11 por 1. O MP3 revolucionou o mercado fonográfico de forma positiva e negativa, e permitiu que a reprodução e distribuição de arquivos de áudio se tornassem ilimitadas.

O MP3 surgiu como resultado de pesquisas feitas pelo Instituto Integrierte Schaltungen e da Universidade de Erlangen, que buscavam uma forma de codificar arquivos de áudio e vídeo, e possibilitou que arquivos de áudio fossem digitalizados e compactados sem grandes prejuízos na qualidade de som. (KRETZER; TOYAMA, 2008, p. 192).

Havia vários envolvidos neste projeto. A Associação Fraunhofer, uma grande organização de pesquisa da Europa, com sede na Alemanha lançou em

1994 o primeiro codificador de MP3 chamado Winplay 3 e feito para ser executado no sistema operacional Windows.

Este formato de compactação de arquivos de áudio causou um grande impacto na forma de se consumir música, e por isso, atingiu fortemente a indústria fonográfica. Sobre isso, Lima e Oliveira (2005, p. 42) afirmam que:

O MP3 começou a ser utilizado em 1992 para gravação de áudio em CD-ROMs, mas foi com a Internet que ele ampliou suas possibilidades de uso. Entre as vantagens desse protocolo estão a qualidade sonora ligeiramente inferior a um CD e o fato de não possuir dispositivo de proteção contra cópia. O formato MP3 é aberto; e isso tem duas implicações; A primeira é que qualquer um pode criar programas ou aparelhos para tocar MP3. A segunda, e mais importante, é que os arquivos em MP3 podem ser copiados livre e infinitamente. Recebê-los, replicá-los e distribuí-los ao redor do mundo é tão simples quanto mandar uma mensagem por correio eletrônico.

O primeiro *software* livre destinado a acessar e facilitar a troca de arquivos de áudio foi o Winamp, lançado em 1997. Após ele, começaram a surgir *softwares* que possibilitassem o compartilhamento de arquivos digitais de música entre todos os que tivessem acesso à internet. O primeiro neste segmento foi o Napster, que começou a operar em 1999 com uma mecânica assombrosa aos olhos do controle de direitos autorais:

O funcionamento do *software* é simples: quando procurada uma música pelo Napster, o PC utilizado busca o arquivo em outros micros que tenham o mesmo programa instalado. Caso encontre a música que se está buscando, o *software* faz o *download* diretamente do(s) outro(s) usuário(s). Quanto mais usuários conectados compartilharem o mesmo arquivo, mais veloz o *download*: o Napster procura as músicas, mostra quais usuários têm o arquivo armazenado em seus micros e transfere o arquivo do computador de um usuário para outro (LIMA; OLIVEIRA, 2005, p. 44).

Vale destacar que o Napster foi alvo de diversos processos, e encerrou suas operações da forma descrita acima em 2001. Hoje funciona como um serviço legal de *streaming* de músicas¹.

Os adeptos das organizações piratas logicamente afirmam que desempenham uma função nobre, neste sentido Hacker ([200-?] p. 16) defende que:

¹ Disponível em: <<http://br.napster.com/home>>.

Diversas inovações originalmente consideradas ilegítimas – e promovidas por organizações piratas – têm remodelado indústrias inteiras. Por exemplo, até a Napster desencadear uma revisão maciça na indústria da música, era incomum comprar música por canções. Se você, como consumidor, quisesse adquirir aquela canção que virou hit, tipicamente precisaria comprar um álbum de 12 faixas por 20 dólares e passar boa parte do tempo pulando as 11 faixas que não gosta ou não quer ouvir.

Entretanto, não obstante o a valorização do poder de escolha do consumidor, a possibilidade de se comprar apenas o *hit* gerou polêmicas na indústria fonográfica, pois para alguns, isso acabou por desvalorizar o trabalho de se produzir um álbum inteiro.

A conversão da obra para uma mídia digital a torna plástica e fácil de ser modificada e recriada (LEITE, 2004, p. 218-221), dificultando a determinação de que se trata de uma cópia legal ou ilegal.

É pelo fato de produzir cópias com qualidade equiparada à original e impossibilitar um controle de cópias que a tecnologia digital é um dos maiores problemas no combate às violações de direitos autorais.

2.2 MODALIDADES DE VIOLAÇÕES PRATICÁVEIS POR MEIO DA INTERNET

Da mesma forma que a tecnologia nunca se estagnará, e a humanidade sempre terá criatividade e força de vontade para criar novos mecanismos que facilite sua vida em sociedade, nunca haverá fim na ganância humana de obter vantagens suprimindo os direitos de outrem.

Em razão disso, adiante serão abordados alguns dos meios utilizados através da internet para se obter obras protegidas por direitos autorais sem a autorização ou remuneração do autor. Todavia, não é um rol exaustivo, pois, muito embora a tentativa de controle e repreensão, sempre haverá uma nova ferramenta a fim de galgar os direitos de autor.

Sendo a internet apenas um meio de veiculação, em nada afeta a validade das normas de direitos autorais, entretanto, sabe-se que os avanços das tecnologias digitais dificultaram o controle sobre as obras, e como se não bastasse, favoreceram o surgimento de novas formas de violações.

Não raro, a internet é utilizada para ter acesso a obras que serão publicamente executadas posteriormente, também ocorrendo violação aos direitos de autor. A maioria dos estabelecimentos que são abertos ao público tem uma

música tocando ao fundo, mas são poucos os que recolhem os valores devidos às entidades de gestão coletiva, como o ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.

O art. 46 da Lei de Direitos Autorais prescreve um rol de condutas que não constituem violação de direitos. Em seu inciso II, assegura não constituir violação a reprodução em uma única cópia, de pequenos trechos, para uso privado do copista e sem intuito de lucro. Porém, não há uma determinação do que se considera um “pequeno trecho”, e qualquer estipulação jurisprudencial a fim de fixar um percentual incorre em ilegalidade. Neste sentido, Branco e Paranaguá (2009, p. 76) complementam que:

A decisão do legislador causa problemas incontornáveis, a começar por um evidente problema prático: é quase impossível fiscalizar o cumprimento do disposto na lei. Muito em razão disso, milhares de pessoas descumprem o mandamento legal diariamente. Outro problema, talvez o mais grave, é que a lei não distingue obras recém-publicadas de obras raras que só existem em acervos e que ainda estão no prazo de proteção autoral. Nesse caso, a lei torna-se extremamente injusta por não permitir a difusão do conhecimento por meio da cópia integral de obras, cuja reprodução não acarreta qualquer prejuízo econômico a seu autor, nem mesmo lucro cessante.

Ainda sobre o que pode ser considerado como “pequeno trecho”, a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos - ABDR, em seu canal de Perguntas e Respostas explica que:

A Lei não define o que é “pequeno trecho” de uma obra, tampouco versa sobre porcentagem quando trata de pequeno trecho. É importante frisar que pequeno trecho é um fragmento da obra que não contempla sua substância. “Pequeno trecho” não se refere à extensão da reprodução, mas sim ao conteúdo reproduzido. Assim, qualquer intenção de se associar o “pequeno trecho” a 10% ou 15% da totalidade de uma obra integral é descabida. Isto porque é possível que em 10 ou 15% de reprodução esteja contemplada parte substancial da obra protegida. Em todo caso, ainda que o trecho que se pretenda reproduzir possa ser objeto de consenso como sendo “pequeno trecho”, esta é apenas uma das hipóteses especificadas na lei, mas que precisaria estar atendida simultaneamente às demais. Se qualquer uma das hipóteses não for atendida, a reprodução é simplesmente ilegal.

A conexão de banda larga favoreceu a criação de lojas virtuais e divulgação de novos artistas, porém ao mesmo tempo facilitou o *download* não autorizado de arquivos protegidos por direitos autorais (KRETZER; TOYAMA, 2008, p. 193).

A cópia, reprodução ou utilização indevida são vulgarmente conhecidos como *pirataria*. Porém, nem sempre estas condutas constituirão uma violação dos direitos

autorais. Afinal, como já visto, se a cópia for de um trecho e feita para uso exclusivamente pessoal de quem a fez, não há nenhuma sanção. Entretanto, uma vez que esta cópia é disponibilizada para reprodução, aluguel, troca ou exibição pública, por exemplo, passa a ser uma violação.

É mais prático aos consumidores obterem as obras desejadas do conforto de suas casas, e poderem acessá-la em todos os seus dispositivos, uma vez que, como ressaltam Kretzer e Toyama (2008, p. 193), “[...] quem gosta de música quer ouvi-la em qualquer aparelho ofertado para tal fim (tocar música)”. Esse pensamento se aplica para todos os outros formatos de obras autorais, por exemplo, livros e filmes. Por isso, o consumo de obras pelo meio digital tornou-se tão popular, sendo propagado através de compartilhamento de dados pela internet, mas também por cabos ou transmissões via *bluetooth*.

A Associação Brasileira de Direitos Reprográficos – ABDR apresenta dados estimativos de que o mercado editorial do Brasil tem um prejuízo superior a um bilhão por ano, em decorrência de pirataria de livros. Além do prejuízo financeiro imediato, explica a ABDR [s.d., s.p.] que:

A pirataria editorial é responsável, também, por um outro quadro problemático: as pequenas tiragens dos livros no Brasil. Este fato indica a estagnação do mercado leitor no país, fato que contribui para o aumento do custo do livro. Enquanto as tiragens e o número de vendas de livros praticamente estacionaram, as cópias desses mesmos livros se multiplicaram.

Tudo isto se traduz em pouca atratividade para gerar e publicar conteúdos, o que acabará resultando numa possível interrupção do processo de disseminação do conhecimento acadêmico em língua portuguesa.

Outra violação bastante recorrente é o plágio. Na internet todo mundo pode se tornar autor e publicar suas ideias e pensamentos. Porém, com a mesma facilidade é possível tomar uma criação alheia e divulgá-la como de autoria própria, ou ainda realizar pequenas modificações a fim de dissimular o plágio. Na maioria dos casos, é de difícil constatação e mais difícil ainda é a sua comprovação, uma vez que não é impossível tampouco improvável que várias pessoas tenham de fato as mesmas ideias e pensamentos. Sobre essa adversidade, afirma Gandelman:

Não existe o “plágio presumido”. Para se comprovar a existência de um eventual plágio é necessário que a prova de acesso seja definitiva, isto é, que se demonstre que o plagiário tenha realmente tomado conhecimento da obra original, que se alega teria sido plagiada.

Uma obra inédita não pode ter chegado ao conhecimento de ninguém. O registro de uma obra ainda inédita não comprova que alguém tenha tomado conhecimento da mesma, já que, diferentemente de uma marca, por exemplo – que é tornada pública (revista do INPI) para eventuais contestações –, a proteção do direito autoral só passa a existir após a publicação da obra inédita.

Publicar é oferecer uma obra intelectual ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo (Art. 5º, I, Lei 9.610 de 19/02/1998).

Ora, como é possível provar o acesso a uma obra inédita? A simples remessa de um texto original para alguém, por carta, não comprova que este alguém tenha recebido a carta e lido seu conteúdo, pois tanto o material enviado pode não ter sido recebido quanto, uma vez recebido, pode não ter sido lido. Mesmo uma carta com AR (aviso de recebimento) só prova o seu recebimento, mas não comprova o teor do texto nela contido. Somente um documento que contém uma obra inédita registrada num cartório de títulos e documentos, e entregue a alguém, é que atesta, inequivocamente, o seu conhecimento por parte de quem recebeu o conteúdo ainda inédito.

A prova de acesso a uma obra é, portanto, fundamental para que se verifique, por perícia, se ela foi, ou não, “plagiada”. Uma obra inédita só é do prévio conhecimento de seu autor. E somente após sua publicação – se a mesma for original – é que passa a gozar da proteção da legislação autoral (GANDELMAN, 2007, p. 93-94).

Neste sentido surge a consequência do avanço digital apontada por Leite (2004, p. 218-221) que é o enfraquecimento da fixação da obra, pela facilidade que se passa a ter de alterar, modificar ou manipular obras digitais, que passam a ter a característica de plasticidade. O autor ainda explica que “fixação” no Direito Autoral se refere à “inserção da obra intelectual (*corpus mysticum*) em um suporte físico (*corpus mechanicum*)”, necessária para que a obra saia do imaginário do autor e se torne objeto de direitos autorais. Com tamanha maleabilidade, qualquer pessoa pode por meio de recortes e modificações, se tornar autor de uma obra que na verdade é composta de obras alheias, violando-se os direitos autorais destas.

Uma das maiores preocupações quando se fala da proteção dos Direitos Autorais no ambiente digital é a facilidade de reproduções em larga escala de uma obra, com a mesma qualidade da original, não ocorrendo a degeneração das gerações de cópias da forma que ocorria nas cópias analógicas. Leite (2004, p. 216) assevera que, “não fosse a capacidade de cópia (reprodução) das obras digitais, certamente os detentores de Direitos de Autor não teriam tanto interesse em controlar o acesso e uso delas”.

Outra forma de violação facilmente praticada por meios digitais é a transmissão e utilização por várias pessoas ao mesmo tempo. Na era da tecnologia analógica, as reproduções ilegais eram feitas por uma pessoa de cada vez, pois

enquanto uma utilizava, não havia como outra fazer uso da mesma cópia ao mesmo tempo. Porém, a partir do momento em que uma obra está disponível digitalmente, em uma página na internet, por exemplo, é impossível mensurar qual será o seu alcance, e quantas pessoas terão acesso a ela, inclusive simultaneamente. Vale ressaltar que a legislação de Direitos Autorais no Brasil não visa combater o uso, mas apenas a execução pública de uma obra (LEITE, 2004, p. 216-218).

O compartilhamento de dados por meios digitais pode ser feito de várias formas, como através de cabos, ou por um servidor específico para fornecer dados a outros computadores, mas a forma tradicional de se compartilhar dados, principalmente aqueles que gozam de proteção de direitos autorais e exigem uma forma de burlar as restrições legais, é feito pelo uso de redes *peer-to-peer* (P2P):

Com origem no campo da informática, o termo P2P refere-se a um determinado tipo de arquitetura de redes de computadores que se distingue do modelo tradicional servidor/cliente ao permitir que cada computador ligado à rede envie e receba dados. Na medida em que cada integrante tem um estatuto igual aos demais pares (peers) e partilha parte dos seus recursos de hardware ou software com vista à criação de uma rede de distribuição de conteúdos diretamente acessíveis pelos outros pares, a distinção entre servidor e cliente desaparece (AITKEN; MORRIS, p. 949 *apud* CAETANO p. 9).

Uma das modalidades do P2P é o *torrent*. Criado em 2001, o *torrent* é como uma evolução do P2P, pois, se aquele importa um arquivo de outro computador e possibilita o *download* no computador daquele que está pesquisando pela obra, o *torrent* forma o arquivo final, com pedaços coletados, um de cada computador de cada usuário, tornando ainda mais difícil a identificação dos envolvidos. Basicamente, se o P2P funciona como uma transferência de uma pessoa para outra, o *torrente* é a transferência de várias pessoas para uma. O mais famoso e utilizado site para a utilização de *torrentes* é o *Pirate Bay* [ANEXO 1]. No próprio site da organização, na aba “sobre” consta que:

O Pirate Bay é o maior indexador de bittorrent do mundo. O Bittorrent é um protocolo de compartilhamento de arquivos que de forma confiável permite transferências de arquivos grandes e rápidas.

Nenhum arquivo torrent é salvo no servidor. Isso significa que nenhum material protegido por direitos autorais e / ou ilegais são armazenados por nós. Por conseguinte, não é possível manter as pessoas que estão por trás do The Pirate Bay responsáveis pelo material que está sendo espalhado usando o site.

A pirata Bay foi iniciada pela organização sueca anti-direitos autorais Piratbyrån no final de 2003, mas em outubro de 2004 separou-se executada por indivíduos dedicados. Em 2006, o site mudou de propriedade

novamente. Hoje, o site é administrado por uma organização em vez de indivíduos, embora sem fins lucrativos. A organização está registrada nas Seychelles e pode ser contatada usando o formulário de contato. Usar o site é gratuito para pessoas, no entanto, existem algumas restrições [...] (The Pirate Bay [s.d., s.p.]).

Quando o site é acessado [ANEXO 2], aparecem vários avisos para que se instale um VPN (*Virtual private network*) antes de realizar qualquer download a fim de que se omita o IP (*Internet Protocol*) que é uma espécie de número de identificação de cada computador conectado à internet, para que os *downloads* sejam feitos sem que se identifique os indivíduos, mantendo livre de repreensões tanto os usuários quanto os mantenedores do site.

Existe a tentativa de controle dos direitos autorais pelo mundo todo. Tanto o é que organizações como o *Pirate Bay* são constantemente alvos de ações policiais e judiciais.

No Brasil a realidade não é diferente. Vários *sites* que realizavam a disponibilização de obras como filmes e músicas já sofreram bloqueios por decisões judiciais em conjunto com ações da Polícia Federal, sendo a principal delas a operação denominada “Barba Negra”, cuja segunda fase, em 2016, colocou sob custódia três dos principais domínios que disponibilizavam filmes para serem assistidos online², os quais permanecem indisponíveis até hoje, como é o caso do site *megafilmeshd20.org* [ANEXO 3].

Porém, estes organismos, comumente denominados como “organizações piratas” são de fato organizados. Não realizam tais ações como uma aventura ou brincadeira. São organizações com filosofias e estatutos a serem seguidos, defendem que fazem o que fazem em cumprimento de sua função social, de democratizar o acesso à informação. Criam mecanismos que garantem o sucesso de sua empreitada e fazem usos de tecnologias criadas unicamente para ocultar suas identidades.

Um primeiro (e, espera-se, último) acesso ao referido sítio, já é suficiente para notar que a pirataria tem muita força e muitos mecanismos para se defenderem. São extremamente inteligentes e dispostos a fazerem o que for necessário para conseguir o que querem: o acesso irrestrito a toda forma de criação humana.

² Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/cultura-digital,policia-federal-tira-do-ar-tres-sites-de-filmes-piratas,10000082038>>.

3 INDIVIDUALIZAÇÃO DO AUTOR DA VIOLAÇÃO AUTORAL

A internet é um terreno infinitamente vasto, e é incalculável a sua capacidade de alcançar pessoas e do que pode ser feito através dela. Em razão disso, a identificação não fica restrita a uma região ou comarca, como acontece com os delitos fora do ambiente virtual. Sobre isso, Gandelman (2007, p. 179) sustenta que:

A internet é uma vasta coleção de grandes e pequenos computadores interligados em redes que se estendem pelo mundo inteiro. [...] A internet como um todo não é de propriedade, nem controlada por ninguém [...]. Qualquer pessoa com um computador e um modem pode acessar a internet, obtendo sua participação com um provedor de acesso, ou em conjunto com uma escola ou biblioteca. Qualquer pessoa inscrita na internet pode nela colocar material disponível, da mesma forma que qualquer outro participante pode acessá-lo.

Nota-se que essa definição demonstra a amplitude do alcance desta tecnologia, e o porquê é tão preocupante para os detentores de direitos autorais que suas obras estejam circulando por ela.

Além das definições técnicas, frequentemente a internet é estigmatizada como sendo uma “terra sem lei”. Isso porque, não obstante não seja impossível o rastreamento das informações até a sua origem, a internet propiciou o anonimato. Neste sentido, afirma Cruz (2015, p. 81) que “até a internet não havia nenhum outro meio que permitisse este tipo de anonimato total e sem compromissos que muitas vezes permite que uma pessoa minta sobre sua aparência física, sua localização”.

Isto é, se um artista que não tem tanta influência social ou que está em começo de carreira tiver sua obra explorada economicamente de forma ilegal, muito dificilmente ele terá seus danos reparados. Deste modo, a busca por acesso a todos os tipos de conteúdo, pode gerar um impasse na criação de novos conteúdos. Assim explica Gandelman (2007, p. 185):

[...] O fato é que o ciberespaço modifica certos conceitos de propriedade, principalmente a da intelectual – tingindo também princípios éticos e morais tradicionais, o que vem dando origem a uma nova cultura baseada na “liberdade de informação”. No entanto, se os titulares de direitos autorais não forem remunerados devidamente, se seus direitos não forem integralmente respeitados, corremos o risco eminente de que não se criem e produzam novas obras num futuro próximo. Isso significaria um

empobrecimento cultural de toda a humanidade. E como ser otimista diante do desafio?

O que se percebe no uso costumeiro da internet é que apenas obras de grandes aportes, com grandes empresas (estúdios, gravadoras, emissoras, e afins) envolvidas é que têm seus direitos autorais preservados de fato diante das tentativas de cópias não autorizadas. Isto faz com que pessoas que estão começando no ramo de criação intelectual já comecem com mais esta dificuldade.

A questão que surge então é quem será responsabilizado pelas violações praticadas, se se pune os servidores por onde a obra percorre até chegar em seu destino final, ou se apenas o ser humano por trás de toda a ação.

O “medo do desconhecido” fez com que a internet fosse considerada por muitos como um grande vilão da criação humana, como o renomado cantor Elton John, que em 2007 clamou pelo fechamento da internet³ para evitar que a indústria fonográfica sucumbisse.

Felizmente, esse pensamento já está sendo superado, sendo que muitos artistas já aceitaram que é mais eficiente se aliar à internet do que tentar ir contra ela. Isso fez com que surgissem lojas virtuais dedicadas à venda legalizada de obras protegidas.

A pioneira neste segmento foi a iTunes. Criada em 2003, a loja da Apple para venda de arquivos de música tornou comum a ideia de comprar apenas uma música, não sendo mais necessário adquirir o álbum todo para ouvir a música desejada. Após ela, surgiram outras com o mesmo funcionamento, inclusive para outros tipos de conteúdos como filmes e livros.

Além das lojas virtuais, em que se paga uma taxa para realizar o *download* de uma obra específica, surgem nos anos 2000 também os chamados “serviços de *streaming*”, na qual os adeptos pagam uma taxa mensal a título de assinatura e têm acesso a uma grande variedade de obras, à hora que quiser, enquanto for assinante. Neste segmento se destacam o Spotify em transmissões de músicas, Netflix em transmissões de filmes, e Kindle Unlimited na transmissão de livros. A novidade trazida pelo modelo de *streaming*, como ressaltam Francisco e Valente

³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2007/08/316830-elton-john-pede-fim-da-internet-para-salvar-industria-musical.shtml>>.

(2016, p. 14) é ter tratado as obras artísticas como serviço e não mais como um produto.

Acaso todas as tentativas de tornar o preço das obras mais acessível para que sejam usufruídas legalmente falhem, entram em ação os mecanismos de controle e fiscalização dos direitos autorais.

3.1 ORGANISMOS DE GESTÃO COLETIVA NA DEFESA DOS DIREITOS AUTORAIS NA INTERNET

O autor sozinho não consegue controlar todo o fluxo de suas obras, em razão disso, ao longo do tempo, diversas agremiações foram criadas para que, unidos e mais fortes através de um sistema de gestão coletiva, os autores pudessem reivindicar os seus direitos.

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) define que “a gestão coletiva é o exercício dos direitos autorais e direitos conexos feito por organizações que atuam no interesse e em nome dos titulares destes direitos”.⁴ Francisco e Valente (2016, p. 113) definem como “[...] a atividade administrativa que permite aos titulares de direitos autorais e conexos receberem a remuneração pelo uso de suas obras” e complementa que “a sociedade de gestão coletiva funciona então como grande um intermediário entre os usuários e os artistas [sic.]” (FRANCISCO; VALENTE, 2016, p. 117).

No Brasil, primeira organização de gestão coletiva foi a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (Sbat), criada em 1917, contando à época com 21 autores, dentre eles a compositora e maestrina Chiquinha Gonzaga. Durante 20 anos, a Sbat era a única instituição de gestão coletiva, mas mesmo sozinha, conseguiu a edição de uma lei que desse o suporte para que pudessem cobrar pelos direitos autorais de seus associados (FRANCISCO; VALENTE, 2016, p. 27).

Esta lei, denominada Lei Getúlio Vargas (Decreto 5.492/28), ressalta-se, ainda em vigor, tornou obrigatório que os empresários de funções públicas (que se equiparam aos atuais promotores e eventos) apresentassem às autoridades policiais responsáveis pela censura, as autorizações prévias dos autores, sem o que a função (evento) não poderia ser realizada. Da mesma forma, para qualquer

⁴ Disponível em: <<http://www.wipo.int/copyright/en/management/>>.

alteração feita na obra a ser apresentada, também se tornou necessário a comprovação da autorização do autor (FRANCISCO; VALENTE, 2016, p. 28).

Após a aprovação desta Lei, e o consequente fortalecimento dos direitos autorais, outras instituições surgiram visando uma melhor representação de cada categoria de autores, tendo em vista a especialização da Sbat nos autores teatrais.

Em 1938 foi fundada a Associação Brasileira de Compositores e Autores (ABCA), que em 1942 foi transformada na União Brasileira de Compositores (UBC), a Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Editores de Música (Sbacem) em 1946, a Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais (Sicam) que em 1960 foi a primeira associação fundada fora o Rio de Janeiro, que à época, era a capital artística e cultural do Brasil (FRANCISCO; VALENTE, 2016, p. 29/54).

O surgimento de tantas associações para representar a mesma classe de autores fez com que começasse a surgir competições entre as entidades pela adesão de autores, pagamento dos usuários e apoio das autoridades judiciais e policiais.

O relacionamento entre as organizações e o governo federal ficou fragilizado com a ditadura militar. Explicam Francisco e Valente (2016, p. 54):

O marechal Castelo Branco proferiu o primeiro golpe, assinando, em novembro de 1964, a Lei 4.480, que tornou os direitos autorais tributáveis pelo Imposto de Renda, e deu continuidade, agora de forma autoritária à pressão que se iniciara no governo de Jânio Quadros para a unificação do campo autoral brasileiro.

Na iminência de uma ação ostensiva do governo para a unificação, as associações tentaram se organizar em um sistema central de recolhimento, mas não obtiveram total sucesso.

Em 1973, com a Lei 5.988, que regulou os direitos autorais, foram criados o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA). Com a unificação, resolveu-se o problema que o usuário tinha em identificar qual entidade deveria contratar para executar alguma obra.

Atualmente o ECAD atua em conjunto com sete associações e exerce a cobrança dos valores respectivos a execuções de obras autorais, contando com uma tabela para isso, conforme informações do próprio site da instituição⁵.

⁵ Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/o-ecad/quem-somos/Paginas/default.aspx>>.

O desafio mais recente do ECAD é a cobrança de direitos autorais sobre as mídias digitais. Em seu sítio oficial, na página referente à tabela de preços⁶, existe um campo específico para informar os valores de arrecadação em serviços digitais de ambientação, *podcasting*, redes sociais, *simulcasting*, transmissões de eventos musicais por meio da internet, *webcasting* interativo e não interativo. O cálculo é feito com base em UDA – Unidade de Direito Autoral, que hoje equivale à R\$74,02 (setenta e quatro reais e dois centavos) segundo informações do próprio sítio.

O Superior Tribunal de Justiça, em vários julgados, já manifestou que o ECAD é competente para realizar a cobrança dos direitos autorais no âmbito digital. Neste sentido:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO AUTORAL. TRANSMISSÃO TELEVISIVA. INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE OBRAS MUSICAIS. TECNOLOGIA STREAMING . WEBCASTING E SIMULCASTING . EXECUÇÃO PÚBLICA. CONFIGURAÇÃO. COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS. ECAD. POSSIBILIDADE. SIMULCASTING . MEIO AUTÔNOMO DE UTILIZAÇÃO DE OBRAS INTELECTUAIS. COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS. NOVO FATO GERADOR. TABELAS DE PREÇOS. FIXAÇÃO PELO ECAD. VALIDADE. LEI Nº 12.853/2013 E DECRETO Nº 8.469/2015. VIGÊNCIA.

1. Cinge-se a controvérsia a saber se a transmissão televisiva via internet nas modalidades *webcasting* e *simulcasting* (tecnologia *streaming*) se configura execução pública de obras musicais apta a gerar o recolhimento de direitos autorais pelo ECAD e se a transmissão de músicas na modalidade *simulcasting* constitui meio autônomo de uso de obra intelectual, caracterizando novo fato gerador de cobrança de direitos autorais.

2. De acordo com os arts. 5º, inciso II, e 68, §§ 2º e 3º, da Lei Autoral, é possível afirmar que o *streaming* é uma das modalidades previstas em lei pela qual as obras musicais e fonogramas são transmitidos e que a internet é local de frequência coletiva, caracterizando-se, desse modo, a execução como pública. Precedente da Segunda Seção.

3. O critério utilizado pelo legislador para determinar a autorização de uso pelo titular do direito autoral previsto no art. 31 da Lei nº 9.610/1998 está relacionado com a modalidade de utilização e não com o conteúdo em si considerado. Assim, no caso do *simulcasting*, a despeito de o conteúdo transmitido ser o mesmo, os canais de transmissão são distintos e, portanto, independentes entre si, tornando exigível novo consentimento para utilização e criando novo fato gerador de cobrança de direitos autorais pelo ECAD.

4. As alterações promovidas pela Lei nº 12.853/2013 à Lei nº 9.610/1998 não modificaram o âmbito de atuação do ECAD, que permanece competente para fixar preços e efetuar a cobrança e a distribuição dos direitos autorais.

5. O início da vigência do Regulamento de Arrecadação e das tabelas de preços em conformidade com os novos critérios a serem observados para a formação do valor a ser cobrado para a utilização das obras e fonogramas, previstos na Lei nº 12.853/2013 e no Decreto nº 8.469/2015, ocorre em 21/9/2015, de modo que consideram-se válidas as tabelas anteriores até tal data.

⁶ Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/eu-uso-musica/servicos-ao-usuario/tabela-de-precos/Paginas/Tabela-de-precos.aspx#!ServicosDigitais>>

10. Recurso especial provido.
(Superior Tribunal de Justiça. REsp. 1.567.780-RJ. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 14 mar. 2017. Publicado DJE em 21 mar. 2017)

O entendimento pacificado é de a disponibilização em internet por meio de *streaming* caracteriza hipótese de execução pública, não importando a quantidade de pessoas alcançada, reforçando-se que o uso da internet para propagar a obra não anula os direitos do autor.

3.2 MECANISMOS DE IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DE VIOLAÇÃO AO DIREITO AUTORAL PRATICADO NA INTERNET

É muito comum que, em razão da facilidade de se obter uma obra gratuitamente, as pessoas optem por essa opção ao invés de buscar adquirir a mesma em uma loja virtual de forma remunerada. Algumas pessoas realizam downloads ilegais por não terem consciência de que sua conduta constitui um crime, ou até mesmo por não encontrar outro meio de ter acesso à obra desejada.

Branco e Paranaguá trazem um importante adendo a fim de esclarecer que nem sempre quem busca na internet obras para download, o faz com dolo de lesar o autor:

[...] há quem faça o download de obras disponíveis na internet porque a) não as encontra em lojas por se tratar de obras fora de circulação; b) não teria recursos financeiros para pagar pelas obras se estas não estivessem disponíveis na internet; c) quer apenas conhecer a obra antes de adquiri-la legitimamente ou de ir a um espetáculo onde a obra será executada em público; ou, ainda, d) porque são obras com licenças públicas, cujos autores querem de fato disponibilizá-las, incluindo-se, nesse aspecto, o download. (BRANCO; PARANAGUÁ, 2009, p. 82)

No entanto, mesmo que o fato encontre respaldo em alguma das justificativas supramencionadas, havendo violação de direitos autorais têm-se vítimas e culpados, sendo que estes devem ser localizados para responderem pelos seus atos.

No meio digital, a identificação dos usuários se dá por meio do número de IP (*Internet Protocol*).

O IP (*Internet Protocol*) é o principal protocolo de comunicação da Internet. Ele é o responsável por endereçar e encaminhar os pacotes que trafegam pela rede mundial de computadores. Pacotes são os blocos de informações enviados na Internet e podem ser considerados como as cartas enviadas pelo serviço de correios. Os pacotes da Internet são divididos em duas partes: o cabeçalho, que, como um envelope, possui as informações de endereçamento da correspondência, e dados, que é a mensagem a ser transmitida propriamente dita (PISA. 2012).

Cada dispositivo que se conecta na chamada rede mundial de computadores tem um número único de IP, que é a como sua identidade. Além disso, cada domínio criado na internet precisa estar vinculado a um IP, pelo qual pode se chegar à localização geográfica do provedor, o que facilita a localização daqueles que disponibilizam na internet conteúdo que deveria ter seus direitos autorais protegidos, como sites que deixam à disposição dos interessados arquivos de filmes ou músicas, por exemplo, para *download* gratuito (HARRISON, 2013, [s.p.]).

Após a localização do provedor de internet, por meio do endereço IP, os agentes policiais, fundados em um mandado judicial, podem requerer ao provedor o acesso à ficha de seus usuários a fim de que seja identificado o autor das atividades ilícitas (HARRISON, 2013, [s.p.]).

Posterior a aprovação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14), o Superior Tribunal de Justiça (REsp 1641133; REsp 1629255A; REsp 440506) têm aplicado o art. 19 da referida Lei para estipular a responsabilidade do provedor. O referido artigo tem a seguinte disposição:

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

Entretanto, a aplicação deste artigo só poderá ser feita por meio de analogia, tendo em vista que o próprio artigo em seu §2º, bem como o art. 31 da mesma Lei trazem a expressa determinação de que se tratando de violações de direitos autorais, a responsabilidade do provedor continuará a ser regida pela legislação autoral vigente.

Ocorre que, não há uma regulamentação legal quanto à extensão da responsabilidade do provedor pelo conteúdo que é veiculado nos meios que controla, e do mesmo modo, não há pacificação entre a doutrina e jurisprudência sobre o assunto. Como assevera Sauaia (2014, p. 166):

No Brasil, diante da inexistência de legislação específica que regule a responsabilidade civil dos provedores de acesso à internet, há na doutrina e jurisprudência uma tentativa de aplicação das regras gerais do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. Diversas decisões consideram os provedores de acesso à internet como prestadores de serviço, atribuindo

aos mesmos responsabilidade civil objetiva fundada no dever de segurança do fornecedor em relação aos produtos e serviços lançados no mercado de consumo. Por outro lado, há decisões que reconhecem a inexistência de um dever geral de segurança no cyberspace, inclusive por uma impossibilidade técnica, diante da imensa quantidade circulante de usuários e de dados. Sendo assim há grave divergência sobre qual o regime aplicável, se de responsabilidade subjetiva, ou aquiliana, que depende da comprovação e culpa, ou objetiva, a qual depende somente da conduta e do nexo de causalidade com o dano sofrido.

Além da normal dificuldade de se identificar e individualizar um responsável entre uma infinidade de pessoas, existem esforços no sentido de ocultar a identificação do usuário, como programas e navegadores gratuitos e de fácil utilização (MANNARA, 2011), colaborando para a impunidade não só das violações de direitos autorais, mas de todos os crimes cometidos no meio digital.

As conexões P2P são feitas sem a intermediação de um servidor, com os dados sendo compartilhados diretamente de um usuário para outro, com origens variadas, tornando mais difícil de identificar e interceptar os envolvidos (HARRISON, 2013, [s.p.]).

O ordenamento jurídico brasileiro carece de regulamentação quanto ao controle da identidade de usuários no que tange às violações de direitos autorais. As disposições que hoje existem fazem expressamente a ressalva de que não se aplicam aos casos de violação de direitos autorais, dificultando que uma ação policial voltada para a identificação do autor de uma violação esteja legalmente amparada em todos os seus aspectos, o que, indiretamente, corrobora para que tais práticas continuem a se perpetuar no ambiente digital.

Uma demonstração disso é a Operação Barba Negra realizada pela Polícia Federal, em conjunto com a Interpol – Organização Internacional de Polícia Criminal que teve duas fases, sendo que a primeira, realizada em novembro de 2015, tirou do ar o domínio do *Mega Filmes HD*, que à época era considerado o maior site de pirataria de filmes da América Latina. Na segunda fase, em outubro de 2016, mais três grandes sites foram colocados sob custódia, a saber, *filmesonlinegratis.net*, *armagedomfilmes.biz*, e *megafilmeshd20.org*. Além disso, cinco pessoas ligadas aos sites foram presas e tiveram suas contas bancárias bloqueadas, conforme notícias divulgadas no portal do Jornal Estadão⁷.

⁷ Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/cultura-digital,policia-federal-tira-do-ar-tres-sites-de-filmes-piratas,10000082038>>.

Nota-se que nas duas fases da operação foram bloqueados sites com o nome de “megafilmeshd”, sendo que na segunda, entende-se que o alvo foi a “versão 2.0” do mesmo. Ressalta-se ainda que atualmente há um site em atividade com o nome *megafilmeshdplus.org*, com a mesma interface dos portais anteriores. Isso demonstra que, não obstante seja possível a se chegar às pessoas por trás dos grandes sites responsáveis pela disponibilização de obras violando direitos autorais, os adeptos da pirataria encontram formas de contornar as restrições legais e criarem novos domínios na internet.

3.3 ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES LEGAIS ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS AUTORAIS PRATICADOS NA INTERNET

Conforme Gandelman (2007, p. 72), o Brasil é um dos países com a legislação autoral mais avançada do mundo, estruturada de modo abrangente e por consequência uma fácil adequação aos problemas dos novos meios de comunicação.

Todavia, não há um entendimento consolidado neste sentido. Enquanto alguns estudiosos do tema entendem que pequenos ajustes já são suficientes para que a legislação atual abarque as violações praticadas no ambiente digital, outros acreditam que é necessário que a Lei seja atualizada para que se mantenha os direitos autorais protegidos de todos os meios de violação.

A Lei 9.610/98 – Lei de Direitos Autorais – em seu art. 5º define reprodução como “cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido”. Por essa definição, fica claro que a legislação teve o cuidado de abranger tecnologias existentes e vindouras, incluindo-se as cópias digitais.

Entretanto, a previsão legal ainda não dispõe de uma regulamentação específica concernente às violações praticadas na internet. Ainda se questiona os limites da proteção autoral sobre o direito de acesso à informação, e questiona-se também quem é responsável por atuar como vigia na seara digital, e garantir que os direitos serão efetivados, uma vez que não há regulamentação legal neste sentido.

Embora a tecnologia digital já não seja mais tão recente, ainda é um desafio definir as respostas para todos os questionamentos que permeiam o uso da internet como meio de consumo de obras protegidas por direitos autorais.

Possivelmente, diante da omissão legislativa, a estratégia que vem sendo utilizada é fazer uso de mecanismos que a internet dispõe a fim de manter salvaguardado os direitos do autor no ambiente digital, o que já vem sendo aplicado em alguns nichos específicos, como a indústria fonográfica, como explicam Kretzer e Toyama:

Como parte da estratégia para lidar com a pirataria virtual, as empresas de música têm investido em soluções tecnológicas para protegê-la, conhecidas como Digital Right Management (DRM). O DRM pode ser instalado em *hardwares*, como computadores e *walkmen* digitais, impedindo que executem os arquivos não autorizados. Pode ainda ser instalado em mídias físicas, como CDs, impedindo que o usuário faça certos usos do álbum que comprou de forma legal. No entanto, permite ao consumidor pagar pequenas taxas adicionais, se quiser ter direito a certos usos, como gravar a música em um CD, por exemplo. Contudo, alguns estudiosos como Lessig (2004) e Loren (2001) afirmam que o DRM coloca muito poder nas mãos das empresas e oferece a elas a possibilidade de regular a lei. Isso porque o DRM oferece uma proteção que pode extrapolar os termos estipulados pela legislação, diminuindo os usos garantidos como livres aos consumidores, assim como estender a proteção por um período maior do que o estipulado por lei ou mesmo proteger bens culturais que já se encontrem em domínio público (KRETZER; TOYAMA, 2008, p. 203).

Recentemente foram sancionadas leis sobre crimes cibernéticos, como a chamada Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/12) e o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14). Estas leis trouxeram importantes disposições sobre os direitos e deveres dos usuários da internet, bem como acerca do controle dos crimes cibernéticos.

Porém, existe a expressa ressalva feita no sentido de que todos os avanços implantados por estas Leis, não se aplicam ao Direito Autoral, pois não houve nenhuma regulamentação da aplicação da Lei de Direitos Autorais à internet.

Estas atualizações legislativas privilegiaram a tutela do direito de imagem e privacidade, previstos constitucionalmente, mas se omitiram quanto aos direitos autorais, que por sua vez, também encontra previsão na Constituição.

Vale ressaltar que a Lei 12.737/12 é chamada de Lei Carolina Dieckmann, pois sua criação foi motivada pelo vazamento de fotos íntimas da atriz global em questão⁸. Enquanto isso, os autores continuam à margem da atenção do legislador.

A previsão do crime de violação de direitos autorais, independente de por qual meio for feita existe, mas a sua aplicação no ambiente digital ainda prescinde de regulamentação, sendo que na prática, o próprio detentor do direito precisa fiscalizar se há o uso irregular de sua obra, e tomar as medidas que forem possíveis para fazer cessar, como solicitar a retirada do acesso ao público, mas sem a expectativa de haver de fato uma sanção penal ou civil aos violadores de seus direitos.

A individualização é possível, pois toda atividade na internet é vinculada a um IP, todavia, existem mecanismos criados para desviar o acesso do usuário para outro IP em outro país, dificultando a identificação do mesmo.

Além disso, vê-se que mesmo com ações policiais voltadas para o combate das ações violadoras de direitos autorais, outros sites são criados para dar continuidade ao acesso de obras cujos direitos autorais são ignorados.

Os autores de tais violações são unidos e tem se organizado cada vez mais, resultando em movimento como o que fundou o Partido Pirata ([s.d.], [s.p.]), o qual explica em seu site oficial que:

O Partido Pirata surgiu no Brasil enquanto movimento no final de 2007, a partir da rede Internacional de Partidos Piratas, pela defesa do acesso à informação, do compartilhamento do conhecimento, da transparência na gestão pública e da privacidade – direitos fundamentais que são ameaçados constantemente pelos governos e corporações para controlar e monitorar os cidadãos.

[...]

Entendemos que serviços públicos essenciais devem ser universais e de qualidade, que todo cidadão precisa de livre acesso a conhecimento, educação e cultura. Que o acesso à rede mundial de computadores é um direito fundamental, inclusão digital uma necessidade, o compartilhamento de conhecimento uma obrigação e uso de padrões abertos e software livre uma solução.

Deste modo, a legislação de direitos autorais e suas sanções são aplicáveis às violações perpetradas através da internet, porém ainda não são suficientes para conter àqueles que se orgulham de fazer parte do grupo que viola direitos autorais em nome do direito de acesso a todas as formas de conteúdo produzido.

⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/04/lei-carolina-dieckmann-que-pune-invasao-de-pcs-passa-valer-amanha.html>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados trazidos pelas pesquisas feitas, é possível se observar que a disponibilização de uma obra em meios digitais como a internet, não anulam os direitos autorais que lhe acompanham.

Entretanto, pode-se concluir que a proteção destes direitos, mesmo com as previsões legais e constitucionais, sofrem dificuldade de se efetivarem no ambiente digital, em razão dos esforços tecnológicos existentes que se empenham em possibilitar o livre acesso às obras autorais, bem como a valorização por uma navegação privada, omitindo-se os dados que possibilitariam a identificação do autor das violações aos direitos autorais.

A opção que resta ao autor é tentar se aliar à nova tecnologia através das redes sociais para promover o seu trabalho e contar com a ajuda de seus admiradores para obter algum tipo de suporte econômico para continuar com a atividade criativa, e tentar controlar as cópias não autorizadas e plágios.

Porém, mesmo que se consiga identificar um uso ilegal de sua obra, o resultado mais provável é que se conseguirá tirar o autor da violação “do ar”, bloqueando seu acesso ao meio que foi utilizado nas violações dos direitos do autor, mas a responsabilização civil e penal ainda é de difícil aplicação, pois ainda carece de regulamentação no que tange aos procedimentos a serem adotados a fim de se rastrear e identificar o sujeito ativo.

Não existem expectativas de melhorias para os autores manterem as suas obras “a salvo”. Pelo contrário, tudo indica que cada vez mais a busca pelo acesso desimpedido a todos os tipos de conteúdo irá suprimir os direitos autorais no ambiente digital.

Este tema é extremamente extenso, e impossível de em um trabalho acadêmico como este, tratar de todos os aspectos que cercam os direitos autorais no meio digital.

A problemática do controle dos direitos autorais na internet não é tão recente, pois teve seu início juntamente com o surgimento das novas tecnologias em questão, mas ainda é atual e necessária, uma vez que ainda não há uma solução pronta que seja suficiente para resolver todos os embates entre direito autoral e tecnologia digital.

A regulamentação legal existente hoje sobre o controle no meio digital é voltado para a tutela de outros direitos, como à privacidade, não havendo muitos materiais disponíveis que expliquem como acontece a identificação do violador na internet, pela ausência de previsão legal expressa que determine o procedimento a ser aplicado.

A individualização do autor é possível, como foi feito pela Polícia Federal em conjunto com a Interpol na Operação Barba Negra nos anos 2015 e 2016. Entretanto, no mesmo instante em que sites passam a ser indisponíveis para acesso, surgem outros com o mesmo conteúdo, com a mesma possibilidade de violação dos direitos autorais, pois é imensurável a quantidade de pessoas que tem como trabalho e ideologia a manutenção de sites que disponibilizem gratuitamente conteúdo protegido por direitos autorais, em nome do direito de acesso à informação e cultura.

Verifica-se, portanto, que não há ainda um equilíbrio entre o direito de acesso à informação e o direito do autor, sendo que, enquanto não houver uma atualização legislativa a fim de se estabelecer a limitação pertinente a cada um, este continuará sendo suprimido por aquele.

REFERÊNCIAS

ALVES, Murilo Rodrigues. Polícia Federal tira do ar três sites de filmes piratas. **O Estado de S. Paulo**. Brasília, 13 out. 2016. Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/cultura-digital,policia-federal-tira-do-ar-tres-sites-de-filmes-piratas,10000082038>> . Acesso em: 02 dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS. **Perguntas e Respostas**. [s.d.], [s.p.]. Disponível em: <http://www.abdr.org.br/site/perguntas_respostas.asp>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BITTAR, Carlos Alberto; BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Direito de Autor**. São Paulo: Forense Universitária, 2005

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 5 out. 2017.

_____. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Poder Executivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. Decreto nº 5.492, de 16 de julho de 1928. **Diário Oficial**. Regula a organização das empresas de diversões e a locação de serviços teatraes. Poder Executivo. Rio de Janeiro. 16 jul. 1928. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D5492.htm>. Acesso em: 5 dez. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Poder Executivo. 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro: Poder Executivo. 3 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Decreto nº. 75.699 de 6 de maio de 1975. **Diário Oficial da União**. Promulga a Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas. Poder Executivo. 9 mai. 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75699.htm>. Acesso em: 5 out. 2017.

_____. Decreto nº. 1.355 de 30 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**. Promulga a ata final que incorpora os resultados da rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Poder Executivo. 31 dez. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1355.htm>. Acesso em: 5 out. 2017.

_____. Decreto nº 4.533, de 19 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**. Regulamenta o art. 113 de Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, no que se refere a fonogramas, e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 19 dez 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4533.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Código Civil (2002). In: **Vade mecum Saraiva OAB**: obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 13. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. Lei de 16 de Dezembro 1830. **Código criminal do império do Brasil**. Poder Executivo. 8 jan. 1831. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. Lei nº 496, de 1º de agosto de 1898. Define e garante os direitos autoraes. Poder Executivo. 1º ago. 1898. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-496-1-agosto-1898-540039-publicacaooriginal-39820-pl.html>>. Acesso em 5 dez. 2017.

_____. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Poder Executivo, 1º jan. 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Lei nº 4.944 de 6 de abril de 1966. Dispõe sobre a proteção a artistas, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Poder Executivo, 6 abr. 1966. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=80519>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973. Regula os direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Poder Executivo, 14 dez. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5988.htm#art42§2>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Lei 6.533/78, de 24 de maio de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artista e Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Poder Executivo, 24 maio 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6533.htm>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. Lei 6.615/78, de 16 de dezembro de 1978. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Poder Executivo. 16 dez. 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6615.htm>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. Lei nº 6.800, de 25 de junho de 1980. Altera a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Poder Executivo, 25 jun. 1980. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109138/lei-6800-80>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Lei nº 7.123 de 12 de setembro de 1983. Revoga o art. 93 e o inciso I do art. 120 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973. **Diário Oficial da União**. Brasília: Poder Executivo, 12 set. 1983. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109139/lei-7123-83>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Lei nº 9.045, de 18 de maio de 1995. Autoriza o Ministério da Educação e do Desporto e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres braile, e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos. **Diário Oficial da União**. Brasília: Poder Executivo, 18 mai. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9045.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Poder Executivo, 14 mai. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm> Acesso em: 5 dez. 2017.

_____. Lei 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9609.htm>. Acesso em 5 dez. 2017.

_____. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial da União**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre os direitos autorais e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003. Altera e acresce parágrafo ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, revoga o art. 185 do Decreto-Lei nº 2.848 de 1940, e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. Brasília: Poder Executivo, 1º jul. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.695.htm>. Acesso em: 5 dez. 2017.

_____. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso de internet no Brasil. Brasília: Poder Executivo, 23 abr. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 5 dez. 2017.

_____. Portaria nº 148, de 31 de maio de 1995. **Diário Oficial da União**. Aprova a norma nº 004/95 – Uso da Rede Pública de Telecomunicações para acesso à internet. Brasília: Ministério das Comunicações, 01 jun. 1995. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/78-portaria-148>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 502. Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, §2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp#TIT1TEMA0>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.567.780 do Rio de Janeiro. Brasília: 21 mar. 2017, DJE. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1580383&num_registro=201502678539&data=20170321&formato=PDF>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. rev. e atual. de acordo com a Emenda Constitucional n. 76/2013. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAETANO, Miguel Afonso. **Cultura P2P**: Uma análise sociológica comparativa das redes e dos *sites* de partilha *online* de músicas, filmes e livros eletrônicos em Portugal e no Brasil. Lisboa: ISCTE-IUL, 2016.. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/12456>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luíza X.de A. Borges. Revisão técnica de Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CRUZ, Luíza. A questão do anonimato no ciberespaço: o alter nem tão anônimo assim. **Logos**. Rio de Janeiro, 8, Jan. 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14777/11224>>. Acesso em: 01 Dez. 2017.

ECAD. **Tabela de preços**. [s.d.] [s.p.]. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/eu-uso-musica/servicos-ao-usuario/tabela-de-precos/Paginas/Tabela-de-precos.aspx#!ServicosDigitais>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. **Quem somos**. [s.d.], [s.p.] Disponível em: < <http://www.ecad.org.br/pt/o-ecad/quem-somos/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

FRANCISCO, Pedro Augusto Pereira; VALENTE, Mariana Giorgetti. (Org.) **Da rádio ao streaming**: ECAD, direito autoral e música no Brasil. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2016.

GANDELMAN, Henrique. **De Gutemberg à internet: direitos autorais na era digital**. 5. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro; Record, 2007.

GRANJEIRO, Glaucenilda da Silva. **O direito em tempos 2.0: direito autoral na era digital**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Direito). UEPB, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3434/1/PDF%20-%20Glaucenilda%20Grangeiro%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

GRECO, Rogério. **Código Penal: comentado**. 6. ed. Niterói: Impetus, 2012.

HARRISON, Lucas. Rastreamento por IP: como funciona. 23 jan. 2013. **Feedback Magazine**. Disponível em: <<http://www.feedbackmag.com.br/rastreamento-por-ip-como-funciona/>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

KRETZER, Jucélio; COSTA TOYAMA, Miriam. Inovações Tecnológicas e Mecanismos de Proteção aos Direitos Autorais na Indústria Fonográfica. **Revista Brasileira de Inovação**, [S.l.], v. 7, n. 1 jan/jun, p. 177-207, aug. 2009. ISSN 2178-2822. Disponível em: <<http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/334/253>>. Acesso em: 19 out. 2017.

ELTON John pede fim da internet para salvar indústria musical. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2007/08/316830-elton-john-pede-fim-da-internet-para-salvar-industria-musical.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

LEI 'Carolina Dieckmann', que pune invasão de PCs, entra em vigor. **Globo.com**. 01 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/04/lei-carolina-dieckmann-que-pune-invasao-de-pcs-passa-valer-amanha.html>>.

LEITE, Eduardo Lycurgo. **Direito de autor**. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; OLIVEIRA, Rose Marie Santini de. **MP3: música, comunicação, cultura**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=kSqqufZldkMC&lpg=PA43&dq=mp3&hl=pt-BR&pg=PA4#v=onepage&q=mp3&f=false>>. Acesso em 26 nov. 2017

NAPSTER, [s.d], [s.p.], Disponível em: <<http://br.napster.com/home>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MANNARA, Barbara. Como esconder seu IP. 3 nov. 2011. **TechTudo**. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2011/11/como-ocultar-o-ip-na-internet.html>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. **Direitos autorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2756/Direitos%20Autorais.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PARTIDO Pirata. [s.p.], [entre 2012 e 2017]. Disponível em: <<https://partidopirata.org/quem-somos/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

PIMENTA, Eduardo. **Princípios de direitos autorais**: um século de proteção autoral no Brasil 1898-1998. Livro I. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

_____. **Princípios de direitos autorais**: os direitos autorais do trabalhador (estudo sobre a obra intelectual criada em cumprimento de dever funcional). Livro II. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

PIRATE bay. Sobre. [s.d.], [s.p.]. Disponível em: <<https://thepiratebay.org/about>>. Traduzido automaticamente pelo navegador. Acesso em: 22 nov. 2017.

PISA, Pedro. O que é IP? 7 maio 2012. **TechTudo**. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/05/o-que-e-ip.html>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SAUAIA, Hugo Moreira Lima. **A responsabilidade civil dos provedores de acesso à internet**: direito comparado e perspectivas de regulamentação no direito brasileiro. In: FARIAS, Paulo José Leite (Org.). **Constituição e a proteção dos novos direitos**: direitos difusos, bioética e direitos dos sistemas informatizados. Brasília: IDP, 2014. Disponível em: <<http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1574/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Novos%20Direitos.pdf?sequence=1#page=158>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SHERWOOD, Robert M. **Propriedade intelectual e desenvolvimento econômico**. Tradução de Heloísa Arruda Villela. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=mx-RO3cajHIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 4 out. 2017.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 10 ed. rev. ampl. atual. Salvador: JusPODIVM, 2015.

OBRAS CONSULTADAS

A ORIGEM do MP3. **Origem das coisas**. Disponível em:

<<http://origemdascoisas.com/a-origem-do-mp3/>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

BRANCO, Sérgio. A natureza jurídica dos direitos autorais. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 2, n. 2, abr.-jun./2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Branco-civilistica.com-a.2.n.2.2013.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CARBONI, Guilherme C. A Lei nº 10.695/03 e seu impacto no direito autoral. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 8, n. 109, 20 out. 2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4432/a-lei-n-10-695-03-e-seu-impacto-no-direito-autoral-brasileiro>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Direito autoral e responsabilidade civil. **Revista do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá**. Disponível em: <<http://www.estacio.br/graduacao/direito/revista/revista4/artigo5.htm>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: explicitação das normas da ABNT. 16. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

GRAU, Eros Roberto. A música e o direito. **O Globo**, 13 maio 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniaao/a-musica-o-direito-12465403>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GRILLO, Breno. Corte europeia dá mais um passo contra a pirataria na internet. **Consultor Jurídico**. 19 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-19/corte-europeia-passo-pirataria-internet>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

HACKER, Marcelo. **Piratas da Internet**. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=bK9xAwAAQBAJ&pg=PA10&dq=p2p+brasil&hl=pt-BR&as=X&ved=0ahUKEwiF67Ohq9LXAhUBQ5AKHcY3AkMQ6AEIUDAH#v=onepage&q=p2p%20brasil&f=true>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

KNIGHT, Peter T. **A internet no Brasil**: origens, estratégia, desenvolvimento e governança. Bloomington: AuthorHouse, 2014. Disponível em: < <https://books.goo>

gle.com.br/books?id=otS1AwAAQBAJ&lpg=PA8&dq=p2p%20brasil&hl=pt-BR&pg=PA 8#v=onepage&q=p2p%20brasil&f=true>. Acesso em: 22 nov. 2017.

LIMA, Ana Luzia de Sousa. **O crime de violação de direito autoral e os princípios constitucionais penais**. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/ana-lima-advocacia/artigos/o-crime-de-violacao-de-direito-autoral-e-os-principios-constitucionais-penais-2064>> Acesso em: 18 out. 2017.

MAGGIO, Vicente de Paula Rodrigues. **Considerações sobre a violação de direito autoral**. Disponível em: <<https://vicentemaggio.jusbrasil.com.br/artigos/121942477/consideracoes-sobre-a-violacao-de-direito-autoral>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MARTINS FILHO, Plínio. Direitos autorais na internet. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. nd, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MONTARDO, Sandra Portella; PETERS, Vitor Ribeiro. O negócio da produção de música no século 21: estudo comparativo do Jamendo e do iTunes. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 351-370, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442012000200018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2017.

NUNES, Maria Elizabeth da Silva. **Direitos autorais: a experiência brasileira na Fundação Biblioteca Nacional**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/sijed/02.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

OLIVEIRA, Natália Forti de. **O Crime de Violação de Direito Autoral da Música na Internet**. 2012. 72 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

ROCHA, Daniel. **Direitos de autor**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2001.

SALOMÃO, Luis Felipe. **Aspectos atuais do Direito Autoral a violação dos direitos de propriedade intelectual: responsabilidade dos provedores de internet**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI205879,61044-Aspectos+atuais+do+Direito+Autoral+a+violacao+dos+direitos+de>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

SIVIERO, Jônathas. **A violação dos direitos autorais pela conversão dos fonogramas para o formato MP3 feita por terceiro**. Cacoal: UNIR, 2007.

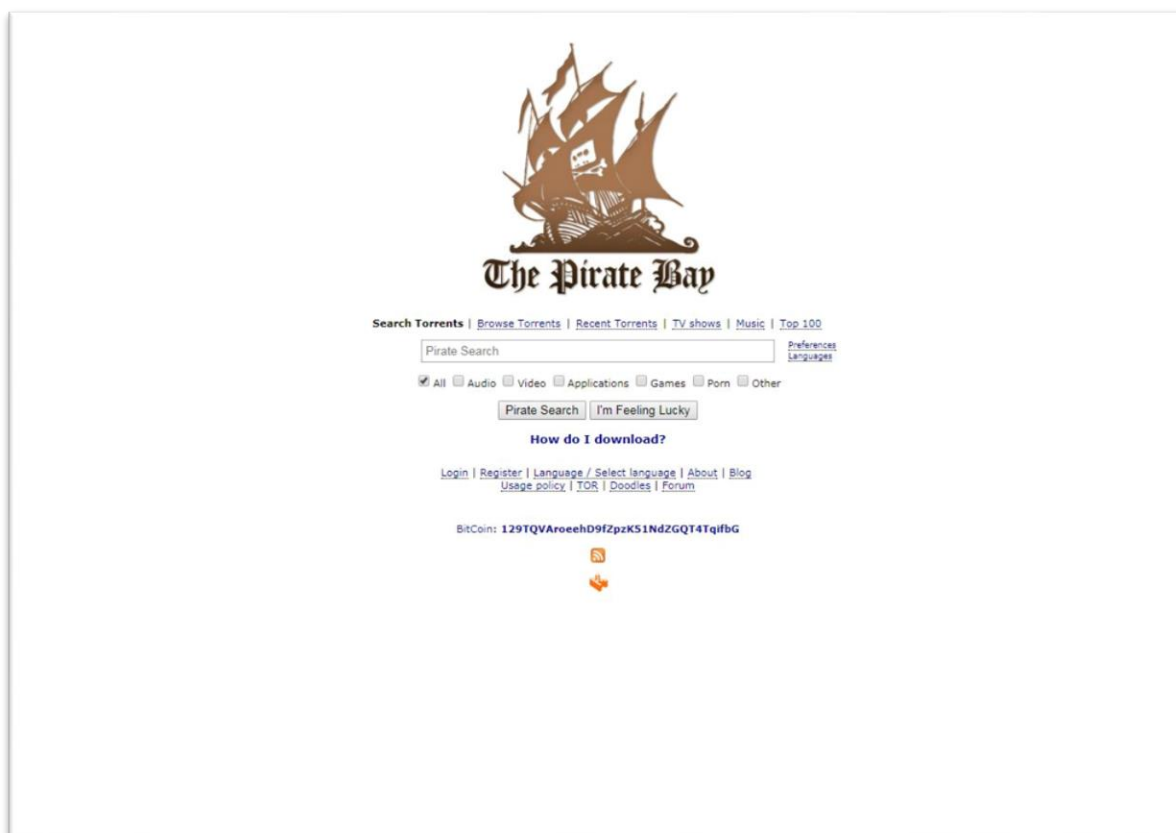
SOUZA, Alex Sandro José de Souza. **A música no direito autoral**. Curitiba: UTP, 2014.

VIANNA, José Ricardo Alvarez. Direito e música: aproximações para uma "razão sensível". **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3154, 19 fev. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21120>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

WIPO. **Colletive management of copyrights and related rights**. Traduzido automaticamente pelo navegador. Disponível em: <<http://www.wipo.int/copyright/en/management/>>. Acesso em: 23 nov. 2017

WITT, Stephen. **Como a música ficou grátis**: o fim de uma indústria, a virada do século e o paciente zero da pirataria. Tradução Andrea Gottlieb de Castro Neves. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

ANEXO 1



Fonte: <<https://thepiratebay.org/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

ANEXO 2

 **PROTEJA SUA PRIVACIDADE**

ESCONDA SEU IP AGORA



The Pirate Bay **AVISO!**

Processos Judiciais & Multas Pesadas no Brazil!

NÃO baixe torrents antes de esconder seu IP com uma VPN.

Governos, hackers e empresas podem registrar sua atividade sempre que você estiver online. Uma VPN devolve a sua privacidade.

Seu IP: **Brazil**

ESCONDA SEU IP AGORA

Feche a porta aos espiões

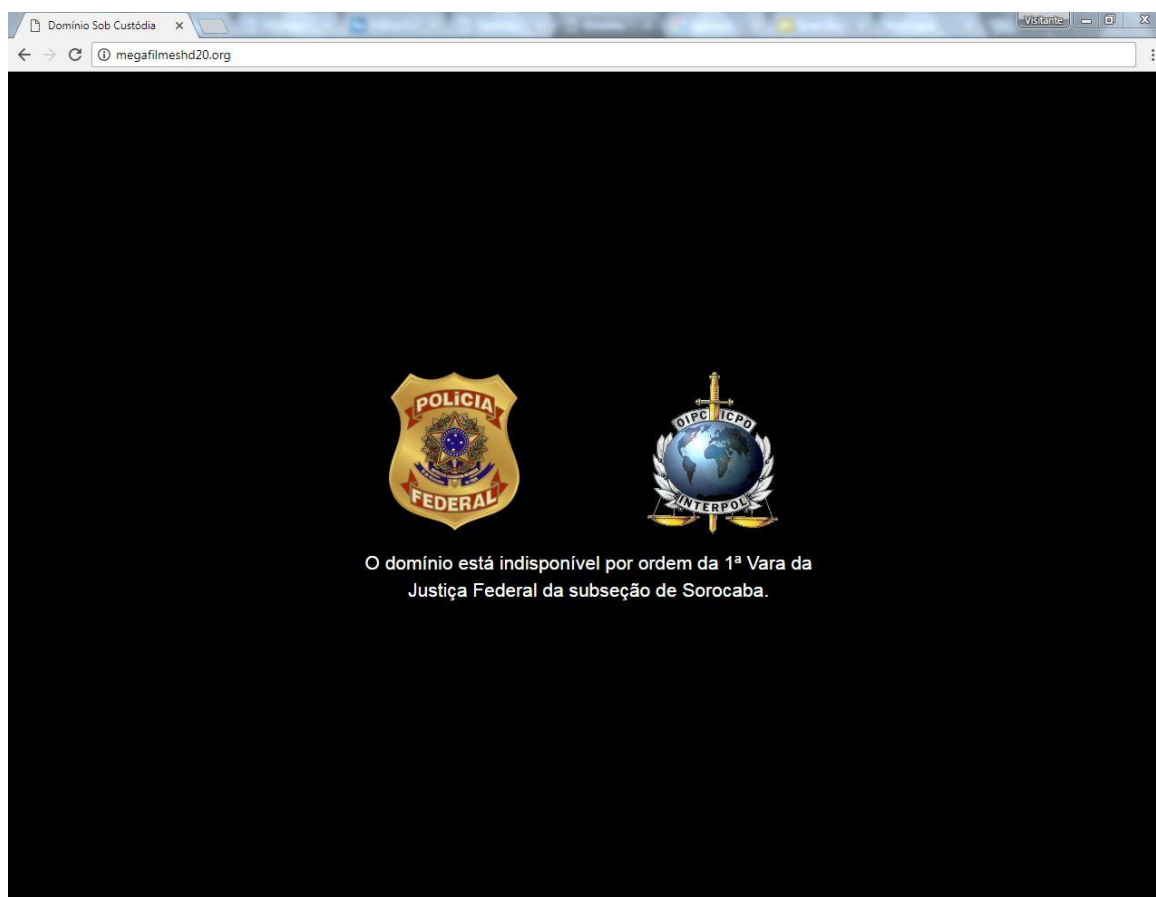
Navegue anonimamente

Esconda seu IP e criptografe seu tráfego. Não deixe que ninguém além de você veja seu histórico de navegação.



Fonte: <http://protect-your-privacy.net/?a_aid=2367&data1=tpbdirect_pop_ship&utm_source=tpbdirect&utm_medium=pop&utm_campaign=ship>. Acesso em 30 nov. 2017.

ANEXO 3



Fonte: <<http://megafilmeshd20.org/>>. Acesso em: 30 nov. 2017